



---

---

Relatório de Gestão 2007  
Município de Arganil

## Introdução

Submete-se a aprovação do Órgão Executivo o Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Arganil, relativa ao ano económico de 2007, conforme determina o disposto no nº2 da alínea e) do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº5- A/2002 de 11 de Janeiro, conjugado com o disposto no artigo 51º da Lei nº2/07, de 15 de Janeiro.

As disposições legais, citadas anteriormente, dispõem que as contas dos Municípios são remetidas, pelo Órgão Executivo, ao Tribunal de Contas, até 30 de Abril, independentemente da sua apreciação pelo Órgão Deliberativo.

A prestação de contas obedece ao disposto no ponto 3 das considerações técnicas do POCAL aprovado pelo Decreto – Lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro, ratificado pela Lei nº162/99, de 14 de Setembro, e alterado pelo Decreto – Lei nº 315/2000, de 2 de Dezembro, e pela resolução nº4/2001, 2ªsecção do Tribunal de Contas de 12 de Julho de 2001.

Neste pressuposto, analisam-se as situações quanto aos meios humanos, situação financeira e execução das Grandes Opções do Plano de 2007, que inclui a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Actividades Mais Relevantes (AMR).

Dos conteúdos objecto do Relatório de Gestão, destacam-se os dados relativos aos meios humanos, e à situação financeira, relevando a execução orçamental através do qual são disponibilizadas informações sobre a execução das receitas e das despesas previstas no Orçamento de 2007, com especial destaque para a execução das Grandes Opções do Plano.

Recorreu-se à elaboração de quadros e gráficos para melhor evidenciar os dados tratados em cada capítulo. Para uma melhor percepção e comparação das variáveis mais significativas da gestão Municipal apresentam-se também elementos relativos à execução de anos anteriores.

## **2. Organização Municipal**

A organização do Município assenta em duas estruturas fundamentais, uma política e outra administrativa.

### **2.1 Estrutura Política**

A estrutura política assenta em dois órgãos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas, e a Assembleia Municipal, com funções de natureza essencialmente deliberativa e fiscalizadora da actividade da Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal é constituída por 39 membros, dos quais 21 são eleitos directamente como deputados municipais e 18 por inerência, uma vez que assumem aquela função na qualidade de Presidentes de Junta.

#### **2.1.1 Câmara Municipal**

A Câmara Municipal de Arganil é constituída por 7 membros: 1 Presidente, 1 Vice-Presidente e 5 Vereadores, a quem compete, num quadro de delegações e subdelegações previamente estabelecidas, a responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a actividade dos serviços municipais.

No seio deste órgão destaca-se o mecanismo de delegações e subdelegações de competências nos Vereadores Executivos, constituindo um órgão colectivo que tem a seu cargo a supervisão directa das actividades desenvolvidas a nível dos serviços municipais.

#### **Presidente:**

Ricardo João Barata Pereira Alves (a)

#### **Vereadores:**

Avelino Jesus da Silva Pedroso (a)

António Gonçalves Cardoso (a)

Luís Paulo Carreira Fonseca da Costa (a)

António de Oliveira Simões (b)

Fernando Manuel Carvalho Castanheira (b)

Fernanda Adelaide dos Santos Silva (b)

(a) Partido Social Democrata

(b) Partido Socialista

## 2.1.2 Assembleia Municipal

### Deputados Municipais Eleitos Directamente

#### Partido Social Democrata

Maria Manuela Dias Ferreira Leite (Presidente)  
António Carvalhais Costa  
Luís Filipe Soares Quaresma  
Mário Pereira Gonçalves  
Luís da Silva Moreira Gomes  
Luís Miguel das Neves Campos Almeida  
Manuel Dinis Pinheiro  
António Serra Correia  
Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias  
Rui Martins Portugal  
Maria da Graça Moniz da Silva Ferreira  
Érica Geraldês Castanheira  
Sérgio Francisco

#### Partido Socialista

Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge  
Manuel Augusto Simões Rodrigues  
Maria Armada de Paiva Ventura G. Miranda  
António Jorge Martins Barata  
Eugénio Tavares Fróis  
Isabel Maria de Jesus Carvalho  
Nuno Gonçalo da Mata Nunes  
Maria Natália Nunes Nobais B. Franco Vitorino

### Presidentes das Juntas de Freguesia

#### Partido Social Democrata

Anseriz	Paulo Jorge M. Amaral
Arganil	Fernando Alves Pereira Afonso
Barril de Alva	Rogério da Costa Leal
Benfeita	Alfredo Oliveira G. Martins
Cepos	Etelvina Nunes dos Santos
Cerdeira	Adelino António de Almeida
Piódão	José da Conceição Lopes
Pomares	Amândio Fernandes Dinis

Pombeiro da Beira	M <sup>a</sup> da Graça P. F. Lopes
S. Martinho da Cortiça	Rui Miguel S. A. Franco
Sarzedo	Fernando Ferreira Simões
Vila Cova do Alva	Alfredo Lourenço

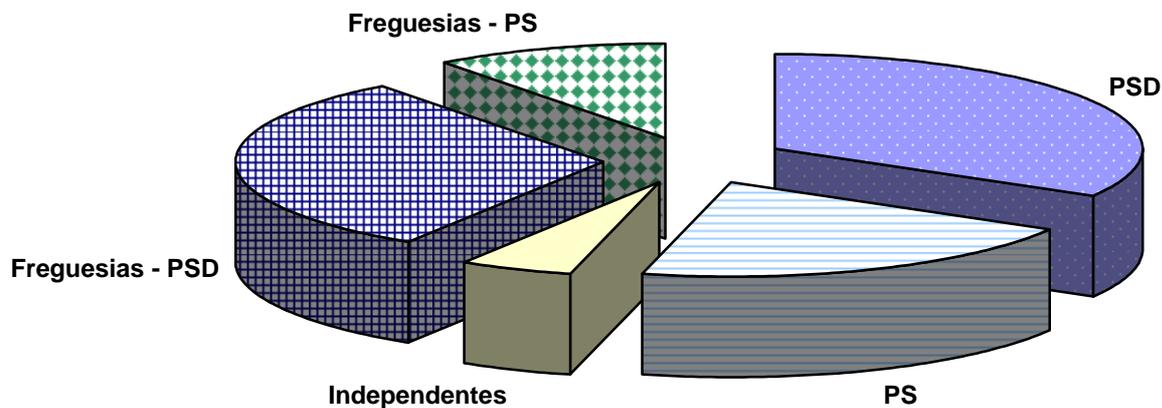
**Partido Socialista**

Celavisa	António Dimas Folosa
Folques	Manuel Alberto S. Ribeiro
Secarias	António Souto de Carvalho
Teixeira	José António Gomes Costa

**Independentes**

Coja	João Manuel R. de Oliveira
Moura da Serra	Arménio Lopes da Costa

**Composição da Assembleia Municipal**



### 3. Recursos Humanos

#### 3.1 Introdução

O presente Relatório de Gestão, constitui um documento de análise da evolução dos Recursos Humanos, no ano de 2007, procurando sintetizar o percurso efectuado ao longo do ano.

No decorrer do ano 2007 no que se refere à área de Recursos Humanos esta Autarquia teve como objectivos gerais:

- Implementar o Sistema de Avaliação do Desempenho da Administração Pública –SIADAP;
- Combater o absentismo;
- Melhorar o nível de desempenho geral dos serviços;
- Aumentar o nível de satisfação e de relacionamento dos munícipes com a Autarquia;
- Dar continuidade ao procedimento de medicina no trabalho e medicina curativa;
- Motivar e valorizar os dirigentes e funcionários e aumentar os seus níveis de formação;
- Redefinir metodologias de trabalho nos Recursos Humanos;
- Redução dos custos com pessoal e redistribuição dos recursos humanos disponíveis.

Deve ainda ser assinalado que o Município de Arganil, está a dar cumprimento integral, de uma forma envolvente, ao novo processo da Avaliação do Desempenho - SIADAP, formando Colaboradores da Secção de Administração Geral – Recursos Humanos para efectuar acompanhamento e implementação desta Lei nos diversos serviços e para apoiar na definição dos objectivos individuais, o que vincou no pessoal, a antevisão (e eventual interiorização) do início de uma nova cultura de organização de trabalho, naturalmente com algumas resistências ou menor aceitação do processo.

#### 3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2004/2007

<b>Quadro Comparativo 2004/2007</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>Variação</b>	<b>2006</b>	<b>Variação</b>	<b>2007</b>	<b>Variação</b>
Nomeação Definitiva	193	202	9	200	-2	186	-14
Contrato Administrativo de Provisão	3	4	1	1	-3	0	-1
Contrato de Trabalho por tempo indeterminado	0	0	0	2	2	11	9
Contrato de Trabalho com termo resolutivo certo	18	48	30	41	-7	41	0
Requisições	2	1	0	1	0	1	0
Destacamentos	0	0	0	0	0	2	2
Cedência Especial CMA	0	0	0	1	1	1	0
Cedência Especial Outros	0	0	0	1	1	1	0
Prestações de Serviços (Avenças e Tarefas)	11	7	-4	11	4	12	1
	<b>227</b>	<b>262</b>	<b>36</b>	<b>258</b>	<b>-4</b>	<b>255</b>	<b>-3</b>

Em 31 de Dezembro de 2007o quadro de pessoal desta autarquia continha um total de 186 funcionários com nomeação definitiva, sendo o número total de funcionários, com qualquer tipo de vínculo de 255.

A tendência de redução verificada em 2006, repete-se em 2007, tendo existido um decréscimo total de 3 colaboradores, sendo considerável a diminuição de colaboradores em regime de nomeação definitiva, menos 14, valor compensado pelo aumento de colaboradores em regime de direito privado – contrato de trabalho por tempo indeterminado.

Dos 12 colaboradores com contrato de prestação de serviços, 8 referem-se a docentes contratados no âmbito do programa de generalização do ensino de inglês e outras disciplinas, destinado ao 1.º CEB.

Dos 41 contratados com termo resolutivo certo, 21 representam também pessoal no âmbito nas novas competências dos Municípios, uma vez que são relativos a pessoal de apoio educativo.

A cedência especial e os destacamentos são referentes a pessoal do encerrado Gabinete de Apoio Técnico de Arganil (GAT).

Do total de colaboradores da Câmara Municipal:

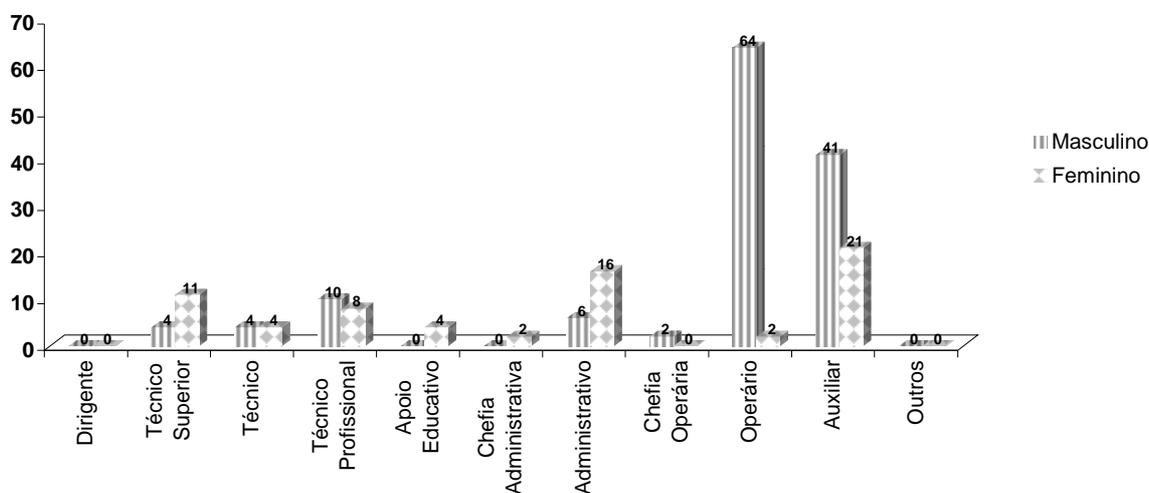
- 73% estão em regime de nomeação definitiva;
- 4% estão m regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado;
- 16% estão em regime de contrato com termo resolutivo certo;
- 5% estão em regime de contratos de prestação de serviços;
- Os restantes 2% estão em regime de requisição, destacamento e cedência especial.

#### **Caracterização dos Recursos Humanos segundo vínculo/ grupo profissional/ género - 2007**

Pessoal dos quadros, em regime de direito público e em regime de direito privado (incluindo cedências especiais a outras entidades e à CMA)

Grupo de Pessoal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Dirigente	0	0	0
Técnico Superior	4	11	15
Técnico	4	4	8
Técnico Profissional	10	8	18
Apoio Educativo	0	4	4
Chefia Administrativa	0	2	2
Administrativo	6	16	22
Chefia Operária	2	0	2
Operário	64	2	66
Auxiliar	41	21	62
Outros	0	0	0
<b>Total</b>	<b>131</b>	<b>68</b>	<b>199</b>

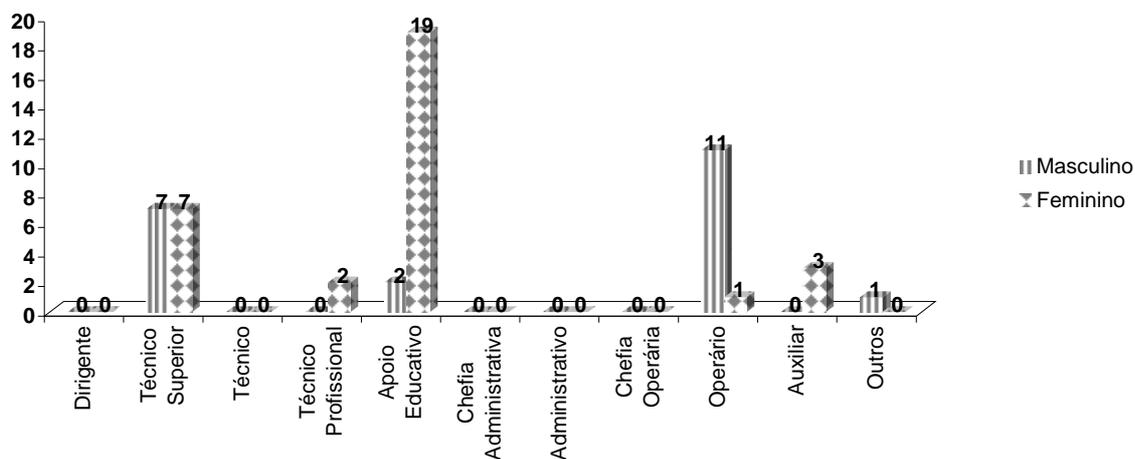
**Pessoal dos Quadros, em Regime de Direito Público e em Regime de Direito Privado (incluindo cedências especiais a outras entidades e à CMA)**



**Pessoal além dos Quadros (contratos de trabalho com termo resolutivo certo e prestações de serviços)**

Grupo de Pessoal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Dirigente	0	0	0
Técnico Superior	7	7	14
Técnico	0	0	0
Técnico Profissional	0	2	2
Apoio Educativo	2	19	21
Chefia Administrativa	0	0	0
Administrativo	0	0	0
Chefia Operária	0	0	0
Operário	11	1	12
Auxiliar	0	3	3
Outros	1	0	1
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>32</b>	<b>53</b>

**Pessoal além dos Quadros (contratos com termo resolutivo certo e prestações de serviços)**



**Requisições e Destacamentos**

Grupo de Pessoal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Dirigente	0	0	0
Técnico Superior	0	1	1
Técnico	0	0	0
Técnico Profissional	2	0	2
Apoio Educativo	0	0	0
Chefia Administrativa	0	0	0
Administrativo	0	0	0
Chefia Operária	0	0	0
Operário	0	0	0
Auxiliar	0	0	0
Outros	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>

Analisando os Recursos Humanos segundo o grupo de pessoal e o género verifica-se que o género masculino representa 60,39% do total, enquanto que o feminino 39,61%.

Salienta-se que do género masculino 77,92% pertencem aos grupos profissionais operário, auxiliar e do apoio educativo.

Do total de colaboradores 14,90% pertencem aos grupos de Pessoal Técnico Superior e Técnico.

Analisando agora os recursos humanos quanto ao grau de deficiência, verifica-se que ao serviço da Autarquia, encontram-se apenas dois funcionários (do quadro) nestas condições, representando 0,78% do total dos colaboradores.

**Caracterização dos Recursos Humanos grupo profissional e grau de deficiência - 2007**

Grupo de Pessoal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Dirigente	0	0	0
Técnico Superior	0	0	0
Técnico	0	0	0
Técnico Profissional	0	0	0
Apoio Educativo	0	0	0
Chefia Administrativa	0	0	0
Administrativo	0	0	0
Chefia Operária	0	0	0
Operário	0	0	0
Auxiliar	1	1	2
Outros	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

**Caracterização dos Recursos Humanos segundo o vínculo, género e a idade**

Intervalo de Idades	Nomeação Definitiva		Contrato de Trabalho por tempo indeterminado		Contrato de Trabalho com termo resolutivo		Prestações de Serviços (Avenças e Tarefas)		Requisições e Destacamentos		Cedência Especial (CMA e Outros)		Total Masculino	Total Feminino	Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
(18-25)	0	1	0	0	0	1	1	3	0	0	0	0	1	5	6
(26-35)	11	21	5	1	6	12	1	3	0	0	0	1	23	38	61
(36-45)	39	19	3	1	3	8	1	1	0	1	0	0	46	30	76
(46-55)	52	20	1	0	6	3	1	0	1	0	1	0	62	23	85
(56-65)	18	4	0	0	1	1	1	0	1	0	0	0	21	5	26
(66-70)	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>66</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>16</b>	<b>25</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>153</b>	<b>102</b>	<b>255</b>

Com base na análise deste quadro, conclui-se que o efectivo se distribui predominantemente os níveis etários compreendidos entre os 26 e os 45 anos.

A população dos trabalhadores da Câmara Municipal apresenta uma estrutura etária, com um número de efectivos nas classes entre os 18 e 25 e entre 26 e 35 anos (população jovem com idade activa), com valores quase sempre inferiores ao dos outros escalões etários, situação que a longo prazo evidencia uma tendência de envelhecimento de toda a estrutura.

Repare-se que a estrutura engrossa significativamente nas classes compreendidas entre os 36 e os 55 anos. A soma da percentagem destas classes representa 63%.

**Caracterização dos Recursos Humanos segundo a Antiguidade Profissional (apenas aplicável a colaboradores em nomeação definitiva e cedência especial a outros)**
**Antiguidade na Função Pública**

(Até 5)	(6-9)	(10-14)	(15-19)	(20-24)	(25-29)	(30-34)	(34-37)	(+ de 37)	Total
21	58	27	27	15	35	2	2	0	187

Com base na análise deste quadro, conclui-se que o efectivo distribui-se predominantemente, relativamente à antiguidade, nos escalões compreendidos entre os 6 -9 anos e 25-29 anos.

A população dos trabalhadores da Câmara Municipal apresenta um maior número de funcionários, entre os 6 e os 9 anos, representando estes, 31% do total de colaboradores do quadro.

A estrutura, no que se refere aos trabalhadores com mais de 10 anos de serviço, representa 68%, do total do Universo em causa.

A tendência é para que se assista a um envelhecimento do quadro activo de colaboradores face ao aumento da idade mínima e do período mínimo de serviço para a aposentação.

**Caracterização dos Recursos Humanos segundo o Vínculo, Género e as Habilitações Literárias**

Habilitações Literárias	Nomeação Definitiva (inclui Ced. Esp. Outros)		Contrato Trab. por tempo indeterminado (inclui Ced. Esp. CMA)		Contrato de Trabalho com termo resolutivo certo		Prestações de Serviços (Avenças e Tarefas)		Requisições e Destacamentos		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	Total
Sem a Escolaridade Obrigatória	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Até ao 4.º Ano de Escolaridade	70	7	2	0	8	5	0	0	0	0	80	12	92
Até ao 6.º Ano de Escolaridade	20	5	1	0	2	3	0	0	0	0	23	8	31
Até ao 9.º Ano de Escolaridade	8	10	1	0	3	9	0	0	0	0	12	19	31
Até ao 11.º Ano de Escolaridade	4	2	0	0	0	0	0	0	1	0	5	2	7
Até ao 12.º Ano de Escolaridade	12	28	2	1	0	7	0	1	1	0	15	37	52
Bacharelato	2	3	2	0	1	0	0	0	0	0	5	3	8
Licenciatura	2	11	2	1	2	1	5	6	0	1	11	20	31
Habilitações Literárias superiores à licenciatura	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>67</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>16</b>	<b>25</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>153</b>	<b>102</b>	<b>255</b>

Da análise dos dados inscritos no presente Quadro, verifica-se que 36% dos colaboradores, possuem apenas o 1º Ciclo, como habilitações literárias, atingindo este nível de instrução, a percentagem mais elevada na população masculina, ao ascender a 52% do seu total.

Com a habilitação mínima obrigatória exigida actualmente, (3º Ciclo), conclui-se que somente 20% do total dos trabalhadores têm este grau académico.

O somatório das percentagens correspondentes ao total de: sem escolaridade obrigatória mais ao 1º Ciclo Completo e 2º Ciclo Completo, ultrapassa em muito um terço da totalidade dos colaboradores, representando 49%.

A percentagem de colaboradores com habilitações superiores ao 12.º ano atinge apenas o valor de 16%.

Conclui-se desta análise, que cerca de 50% dos trabalhadores da Câmara Municipal são possuidores de fraca incidência escolar, caracterizando-se como mão-de-obra pouco qualificada. Esta situação deverá continuar a ser colmatada com formação profissional.

### 3.3 Absentismo

Designação da ausência	N.º de ausências/ ano (em dias)	%
Falta por Greve	34	0,78%
Falta por Actividade Sindical	11	0,25%
Falta por Casamento	43	0,99%
Falta por Maternidade	305	7,00%
Falta por Paternidade	15	0,34%
Falta por Nascimento	6	0,14%
Cons.Médicas ou Tratamento Ambula com menores de 10 Anos	2	0,05%
Falta por Consultas Pré-natais	6	0,14%
Falta por Compensação de Horas	93	2,13%
Cons.Médicas ou Tratamento Ambulatório com Familiares	45	1,03%
Falta por Falecimento Familiar	109	2,50%
Faltas autorizadas a Contratados: consultas médicas do próprio e acompanhamento de familiares	8	0,18%
Faltas por Doença	2754	63,19%
Faltas por Doença (Internamento)	141	3,24%
Falta Assistência Familiares	67	1,54%
Faltas Assist.Familiares menores 10 Anos	42	0,96%
Faltas por Acidente de Serviço	236	5,41%
Faltas Consultas Médicas	103	2,36%
Faltas Participação Mesa Eleitoral	8	0,18%
Faltas ao abrigo Estatuto Trabalhador Estudante	163	3,74%
Faltas ao abrigo Estatuto Trabalhador Estudante - desconto vencimento	4	0,09%
Falta por suspensão 20/120 dias	48	1,10%
Faltas Cumprimento Obrigações Legais	10	0,23%
Faltas para prestação provas a concursos	2	0,05%
Faltas com Perda de Vencimento	4	0,09%
Faltas Injustificada	1	0,02%
Licença Parental	30	0,69%
Folgas pela prestação de trabalho extraordinário nos dias de descanso semanal	14	0,32%
Formação profissional	54,5	1,25%
<b>Total</b>	<b>4358,5</b>	<b>100,00%</b>

Tendo em consideração a informação atrás exposta, importa calcular a taxa de absentismo referente ao ano de 2007, considerando os seguintes factores: valor médio de dias de trabalho anual (220), o total de colaboradores, excepto os prestadores de serviços, da Autarquia em 2007 (243) e o total de faltas registado no mesmo ano (4359).

A taxa de absentismo da Autarquia em 2007 situou-se nos 8,15%, sendo que em 2006 se havia fixado em 10,8%.

Para os anos de 2006 e 2005 o valor destas taxas foi respectivamente de 10,8% e 6,1%, no entanto não se pode estabelecer uma comparação precisa porque nesses anos foi considerado o absentismo apenas para os funcionários em nomeação definitiva.

Da apreciação deste quadro, retira-se que o principal motivo de ausência dos funcionários, à semelhança dos anos anteriores, continua a ser a doença, seguido dos motivos por maternidade/ paternidade, acidente em serviço, ao abrigo do estatuto de trabalhador estudante e para consultas médicas.

As faltas por formação profissional incluíram as ausências para autoformação e por iniciativa da Autarquia. Destas foram excluídas as acções de formação ministradas no âmbito da implementação do Sistema de Gestão de Qualidade e do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública.

### 3.4 Recrutamento e Selecção

Em 2007 foi mantida a política restritiva relativa a novas admissões, não tendo sido efectuada qualquer nova admissão para o quadro da autarquia. Para o quadro da autarquia registaram-se apenas dois concursos internos de promoção.

#### No âmbito do quadro de pessoal em regime de direito público

Data da abertura	Origem	Natureza	Modalidade	Carreira/ Categoria	N.º de Lugares	Obs.
17-04-2007	Interno	Acesso	Geral	Chefe de Secção de Administração Geral	1	Concluído
23-05-2007	Interno	Acesso	Geral	Encarregado (pessoal operário semiqualeficado)	2	Iniciado

Durante o ano de 2007, realizaram-se 31 ofertas públicas de emprego, das quais 6 foram celebradas em regime de direito privado (contrato individual de trabalho), 6 em regime de contrato a termo resolutivo e 20 celebrados em regime de prestação de serviços – avença/ tarefa. Destes últimos, e conforme se constata no quadro abaixo, 11 resultam da transferência de competências para as autarquias ao nível da educação.

#### No âmbito do quadro de pessoal em regime de direito privado:

Data da abertura	Origem	Natureza	Carreira/ Categoria	N.º de Lugares	Obs.
08-01-2007	Externo	Ingresso	Cantoneiros de limpeza	2	Concluído
18-01-2007	Externo	Ingresso	Assistente Administrativo	1	Concluído
18-01-2007	Externo	Ingresso	Auxiliar Administrativo	1	Concluído
12-04-2007	Externo	Ingresso	Técnico Superior Estagiário - Desporto	1	Concluído
18-06-2007	Externo	Ingresso	Técnico Profissional de 2.ª Classe - Biblioteca e Documentação	1	Iniciado

**No âmbito da contratação com termo resolutivo certo**

Data da abertura	Origem	Natureza	Carreira/ Categoria	N.º de Lugares	Obs.
18-01-2007	Externo	Ingresso	Técnico Superior 2.ª Classe - Animação Socioeducativa		1 Concluído
18-06-2007	Externo	Ingresso	Operário Semiqualificado - Cantoneiro de Vias Municipais		1 Concluído
27-06-2007	Externo	Ingresso	Técnico Superior 2.ª Classe - Engenheiro Civil		1 Concluído
14-12-2007	Externo	Ingresso	Condutor de máquinas pesadas e veículos especiais		1 Anulado
14-12-2007	Externo	Ingresso	Operário Semiqualificado - Cantoneiro de Vias Municipais		2 Iniciado

**Aquisição Prestação de Serviços**

Processo de aquisição	Função	Data do Despacho	N.º de Prestadores	Regime
Ajuste Directo	Docentes para as actividades de enriquecimento curricular/ ano lectivo 2007/08	6-07-2007 e 12-11-2007	8	Avença
	Docentes de Inglês para as actividades de enriquecimento curricular/ ano lectivo 2006/07	03-04-2007	1	
	Advogado	31-07-2007	1	
	Antropólogo	25-09-2007	1	
	Vigilantes Florestais/ Fundo Florestal Permanente	13-06-2007	9	
	Animadora na CAF no Jardim de Infância de S. Martinho da Cortiça	25-09-2007	1	Tarefa
Docente de Expressão Física no Agrupamento de Escolas de Coja	01-10-2007	1		

**3.5 Formação Profissional**

A formação profissional exerce um papel determinante, enquanto factor estratégico de desenvolvimento das autarquias. A melhoria da formação prestada depende, simultaneamente, de vários factores, de entre os quais se destacam, o seu planeamento, os conteúdos programáticos e a qualidade dos formadores.

Na área da Formação merece ser destacada a acção relativa ao novo processo de avaliação de desempenho prestada nas instalações do Município, formação esta que abrangeu a quase totalidade do universo dos funcionários da Câmara Municipal, compreendendo assim a interligação desta matéria com a gestão por objectivos.

Os seguintes dados referem-se à formação profissional ministrada por iniciativa da Autarquia e, de acordo com estes, cada colaborador recebeu em média 4,76 horas de formação profissional em 2007:

Área da Formação	Designação da Acção	Duração em Horas	N.º de Participantes	Entidade Formadora	Obs.
Informática	Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial - Fecho de Ano	14,0	1	AIRC	
	Administração de Sistemas Unix e Aplicações da AIRC 2000	21,0	1		
	Sistema de Execuções Fiscais	14,0	3		
	PCQA on line	7,0	1	Inst. Regulador de Águas e Resíduos	
Jurídica	Registo de Cidadãos Comunitários	7,0	2	SEF	
	Alterações ao Regime Jurídico de Urbanização e Edificação	26,0	11	CEFA e IGAP	
Ambiente	Mobilidade Sustentável	2,5	2	Agência Portuguesa do Ambiente	
	A Qualidade da Água para Consumo Humano em Portugal	7,0	1	Inst. Regulador de Águas e Resíduos	
Qualidade	Implementação de SGQ	856,0	36	Iberogestão	FORAL
Recursos Humanos	Implementação do SIADAP	203,0	243	Iberogestão	FORAL
		<b>1.157,5</b>	<b>301</b>		

Refere-se que em 2006 o número total de formação foi de 387, ou seja, cerca de um terço do valor de 2007.

## **Situação Económica/ Financeira**

### **Introdução**

Nos termos do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete ao Órgão Executivo a elaboração anual do Relatório de Gestão, conjuntamente com os demais documentos de prestação de contas, que submeterá à apreciação e aprovação do Órgão Deliberativo.

O presente capítulo do Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Arganil, vem dar cumprimento ao estipulado na Nota Técnica n.º 13 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, concretamente no que se refere à disponibilização de elementos relativos à actividade financeira e patrimonial da Autarquia, no exercício económico de 2007. Neste sentido, evidenciará os aspectos mais importantes, com particular ênfase na análise sob o ponto de vista da execução orçamental das receitas e das despesas, relevando aspectos do investimento realizado, do endividamento da Autarquia, identificando os resultados operados no exercício, bem como a apresentação da proposta de aplicação do resultado líquido.

Procede-se à análise da situação económica e a uma síntese da situação financeira, relativa ao exercício, considerando:

- Os indicadores de gestão financeira, adequados à análise do Balanço e da Demonstração de Resultados;
- Evolução do Serviço da Dívida nas componentes de curto, médio e longo prazos;
- Proposta fundamentada da aplicação do Resultado Líquido do Exercício;
- E, por último, se tiverem ocorrido e forem relevantes, os factos verificados após o termo do exercício.

A análise desenvolvida no presente capítulo do Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam, e permite uma reflexão sobre o modo como se operou a execução do orçamento e a posição financeira da Autarquia, através do estudo da evolução e da estrutura dos diferentes agregados contabilísticos, permitindo uma avaliação global e sucinta do desempenho económico e da situação patrimonial reportada ao exercício de 2007.

Tendo por base esta documentação, elaborada de acordo com as considerações técnicas explicitadas no POCAL, torna-se obrigatório sublinhar a problemática do endividamento, por força do disposto na nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º 2/2007, de 15 Janeiro e no Orçamento de Estado.

Considerou-se, igualmente, o disposto no Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, no que respeita aos limites a que devem obedecer as despesas com o pessoal, designadamente ao Pessoal do Quadro – 60% das Receitas Correntes do ano transacto e ao pessoal fora do quadro – 25% dos limites estabelecidos para o pessoal do quadro.

#### 4. Análise da Execução Orçamental

O Orçamento do Município de Arganil para 2007 foi elaborado segundo as regras contabilísticas enunciadas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e segundo o classificador orçamental definido no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.

Foi aprovado, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em 16 de Dezembro de 2006 pela Assembleia Municipal.

No exercício de 2007, foi considerado como objectivo prioritário, a prossecução de uma política orçamental orientada para o equilíbrio das contas da Autarquia, de forma a enquadrar o endividamento municipal nos limites legalmente definidos.

Com vista a uma consolidação financeira, o Orçamento Municipal de 2007 defendeu um necessário decréscimo das despesas gerais de funcionamento e uma contenção da taxa de crescimento do endividamento, impondo maior rigor na gestão dos recursos municipais. Era imperioso não só um esforço importante de racionalização da aplicação dos recursos nos sectores e nos serviços municipais com maior peso na despesa autárquica, mas também uma grande contenção nos gastos gerais do Município.

##### 4.1 Análise Geral

O Orçamento Municipal para 2007 foi aprovado com um valor de 14.770.203,00€, encerrando com igual dotação, uma vez que durante o ano em análise não foi efectuada qualquer revisão ao mesmo.

###### Execução Orçamento de 2007

Designação	Orçamento		Execução (c)	Desvio		Taxa de Execução	
	Inicial (a)	Final (b)		(c) -(a)	(c) -(b)	(c)/(a)	(c)/(b)
Receitas Correntes	7.120.062,00	7.120.062,00	7.508.189,11	388.127,11	388.127,11	105,45%	105,45%
Receitas Capital	7.650.141,00	7.650.141,00	2.735.893,50	-4.914.247,50	-4.914.247,50	35,76%	35,76%
<b>Total de Receitas</b>	<b>14.770.203,00</b>	<b>14.770.203,00</b>	<b>10.244.082,61</b>	<b>-4.526.120,39</b>	<b>-4.526.120,39</b>	<b>69,36%</b>	<b>69,36%</b>
Despesas Correntes	6.975.651,00	7.331.851,00	6.877.544,33	-98.106,67	-454.306,67	98,59%	93,80%
Despesas Capital	7.794.552,00	7.438.352,00	3.790.901,52	-4.003.650,48	-3.647.450,48	48,64%	50,96%
<b>Total de Despesas</b>	<b>14.770.203,00</b>	<b>14.770.203,00</b>	<b>10.668.445,85</b>	<b>-4.101.757,15</b>	<b>-4.101.757,15</b>	<b>72,23%</b>	<b>72,23%</b>

O Orçamento Inicial da Receita para 2007 foi aprovado com um valor total de 14.770.203,00€, dos quais 7.120.062,00€ diziam respeito ao montante de receitas correntes previstas e 7.650.141,00€ respeitavam às receitas de capital estimadas.

Importa salientar que, comparativamente ao exercício de 2006, o valor do orçamento da receita diminuiu 24,83%, tendo sobretudo contribuído para esta evolução, a diminuição de 33,25%, registada no valor do orçamento das receitas de capital.

A Receita Liquidada, no valor de 10.310.197,16€, que inclui a receita por cobrar no início do ano (16.995,92€), originou uma receita cobrada no montante de 10.283.337,99€ e, uma receita por cobrar, no valor de 26.859,17€. Desta situação, resultou uma taxa de execução da receita, relativamente ao valor orçado, de 69,36%.

Destacam-se quer pela sua importância, quer em termos de execução, as receitas correntes com uma taxa de 105%, configurando-se assim, como um fluxo monetário estável, permitindo um financiamento consistente de um conjunto de despesas obrigatórias, e de parte das despesas de capital.

O Orçamento da Despesa foi aprovado com um montante de 14.770.203,00€, correspondendo 7.331.851,00€ às despesas correntes e 7.438.352,00€ às despesas de capital. O Orçamento da Despesa encerrou com uma dotação total final igual à inicial, dos quais foram comprometidos, 12.472.975,10€, realizados, 11.433.823,21€ e pagos, 10.668.445,85€.

A taxa de execução dos pagamentos situou-se em 72,23%.

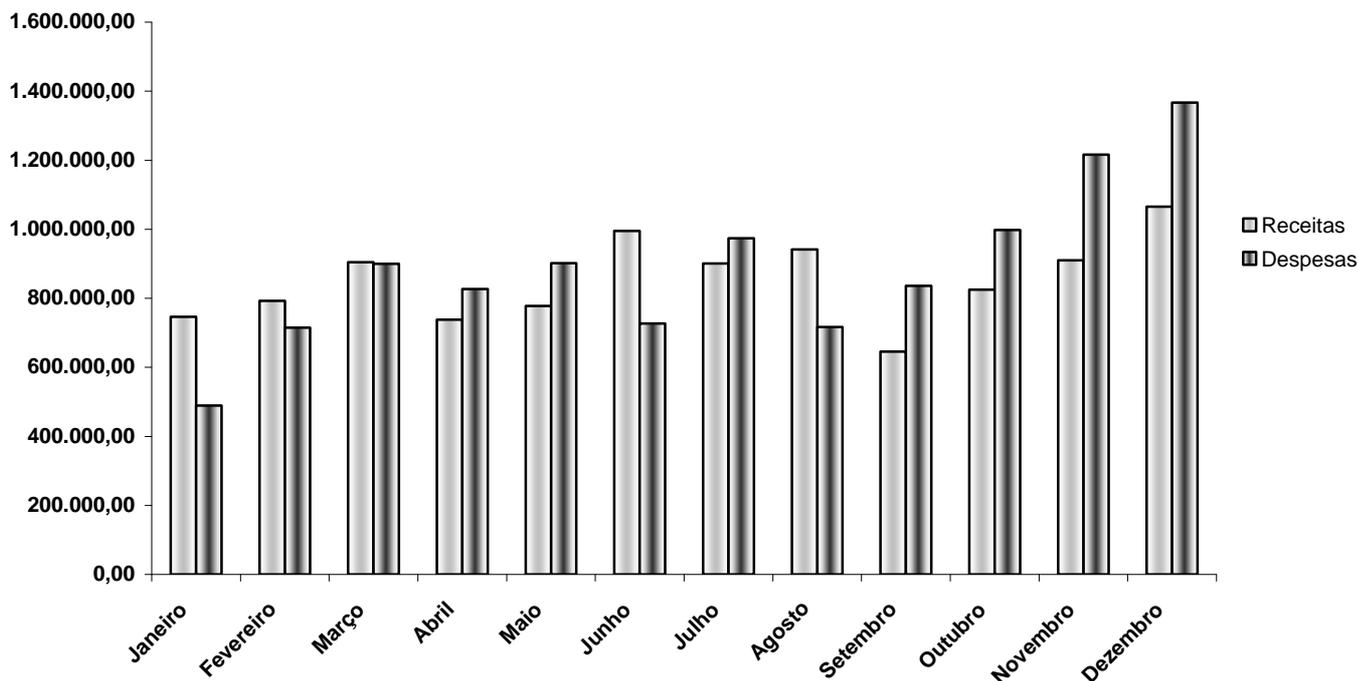
Também o orçamento inicial da despesa registou uma diminuição de 24,83%, relativamente ao do exercício de 2006.

Importa referir que a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efectiva, uma vez que, se nos referenciarmos ao valor liquidado, a respectiva taxa seria de 69,80%. Da mesma forma, a taxa de execução da despesa respeita a obrigações efectivamente pagas e não à despesa realizada, traduzida no total de obrigações assumidas para com terceiros. Se assim fosse, a respectiva taxa subiria para 77,41%.

O quadro seguinte permite analisar a evolução da receita e da despesa ao longo do ano:

Mês	Receitas			Despesas		
	Correntes	Capital	Total	Correntes	Capital	Total
Janeiro	525.450,39	221.142,31	<b>746.592,70</b>	348.619,65	140.987,67	<b>489.607,32</b>
Fevereiro	607.216,63	185.626,64	<b>792.843,27</b>	533.906,62	181.124,93	<b>715.031,55</b>
Março	524.193,76	380.720,66	<b>904.914,42</b>	636.290,38	263.304,17	<b>899.594,55</b>
Abril	533.757,46	204.202,39	<b>737.959,85</b>	653.266,51	173.109,25	<b>826.375,76</b>
Mai	584.698,75	192.715,87	<b>777.414,62</b>	568.172,48	333.315,57	<b>901.488,05</b>
Junho	805.180,99	189.930,28	<b>995.111,27</b>	615.856,27	111.492,71	<b>727.348,98</b>
Julho	668.488,89	232.242,73	<b>900.731,62</b>	627.984,07	346.287,73	<b>974.271,80</b>
Agosto	754.448,70	187.132,24	<b>941.580,94</b>	463.825,39	253.334,15	<b>717.159,54</b>
Setembro	427.040,08	218.716,00	<b>645.756,08</b>	529.141,65	307.220,41	<b>836.362,06</b>
Outubro	608.015,50	217.025,44	<b>825.040,94</b>	559.264,33	438.538,42	<b>997.802,75</b>
Novembro	669.197,56	241.145,86	<b>910.343,42</b>	727.302,49	488.835,82	<b>1.216.138,31</b>
Dezembro	800.500,40	265.293,08	<b>1.065.793,48</b>	613.914,49	753.350,69	<b>1.367.265,18</b>
<b>Total</b>	<b>7.508.189,11</b>	<b>2.735.893,50</b>	<b>10.244.082,61</b>	<b>6.877.544,33</b>	<b>3.790.901,52</b>	<b>10.668.445,85</b>

Evolução da Receita/ Despesa -2007



#### 4.2 Receita

Utilizando a metodologia da agregação das componentes da receita, segundo a origem:

- Receitas estruturais – indicam o grau de autonomia da Autarquia face a recursos alheios, reflectindo também o dinamismo e a situação económica interna.
- Receitas Extraordinárias – traduzem um tipo de rendimentos limitados no tempo, que contribuem para fazer face a despesas de capital.

**Evolução Receitas 2004-2007**

Rúbricas da Receita	2004	%	2005	%	Tx Cresc.	2006	%	Tx Cresc.	2007	%	Tx Cresc.
<b>I - Receitas Estruturais</b>											
Impostos Directos	1.050.219,91	11,21%	912.528,54	9,30%	-13,11%	1.079.044,32	6,87%	18,25%	1.241.499,25	12,07%	15,06%
Impostos Indirectos, Taxas e Multas	254.042,45	2,71%	255.278,54	2,60%	0,49%	294.267,73	1,87%	15,27%	345.510,55	3,36%	17,41%
Rendimentos de Propriedade	418.091,15	4,46%	529.391,62	5,40%	26,62%	631.209,00	4,02%	19,23%	657.644,09	6,40%	4,19%
Venda de Bens, Serviços e Outros	1.154.515,56	12,32%	1.145.300,83	11,68%	-0,80%	1.155.290,03	7,35%	0,87%	1.566.502,60	15,23%	35,59%
Transferências do Orçamento do Estado	5.862.643,00	62,58%	5.193.077,00	52,94%	-11,42%	5.979.887,00	38,05%	15,15%	5.979.887,00	58,15%	0,00%
<b>Total das Receitas Estruturais</b>	<b>8.739.512,07</b>	<b>93,29%</b>	<b>8.035.576,53</b>	<b>81,92%</b>	<b>-8,05%</b>	<b>9.139.698,08</b>	<b>58,16%</b>	<b>13,74%</b>	<b>9.791.043,49</b>	<b>95,21%</b>	<b>7,13%</b>
<b>II - Receitas Extraordinárias</b>											
Venda de Bens de Investimento	5.993,50	0,06%	94.452,48	0,96%	1475,92%	0,00	0,00%	-100,00%	31.750,00	0,31%	
Fundos Comunitários e Contratos-Programa	515.590,07	5,50%	1.129.302,38	11,51%	119,03%	528.111,65	3,36%	-53,24%	368.825,18	3,59%	-30,16%
Empréstimos Bancários	29.044,96	0,31%	550.000,00	5,61%	1793,62%	6.000.000,00	38,18%	990,91%	0,00	0,00%	-100,00%
Outras Receitas de Capital	77.585,67	0,83%	0,00	0,00%		46.063,71	0,29%		91.719,32	0,89%	99,11%
<b>Total das Receitas Extraordinárias</b>	<b>628.214,20</b>	<b>6,71%</b>	<b>1.773.754,86</b>	<b>18,08%</b>	<b>182,35%</b>	<b>6.574.175,36</b>	<b>41,84%</b>	<b>270,64%</b>	<b>492.294,50</b>	<b>4,79%</b>	<b>-92,51%</b>
<b>Receita Global</b>	<b>9.367.726,27</b>	<b>100%</b>	<b>9.809.331,39</b>	<b>100%</b>	<b>4,71%</b>	<b>15.713.873,44</b>	<b>100%</b>	<b>60,19%</b>	<b>10.283.337,99</b>	<b>100%</b>	<b>-34,56%</b>

Do quadro anterior verifica-se que as receitas estruturais do Município de Arganil têm vindo a aumentar de 2005 para cá, consequência não só do aumento dos impostos, quer directos, quer indirectos, mas também a venda de bens e serviços e outros (nestes estão incluídas outras transferências correntes que verificaram um aumento de 70% em 2007, face a 2006).

No ano de 2007 as receitas extraordinárias tiveram um decréscimo significativo devido à inexistência de empréstimos bancários e à quebra das participações comunitárias.

A evolução das receitas estruturais face às extraordinárias reflecte o aumento da autonomia do Município, sendo que essas pela sua natureza representam uma base consistente no financiamento de um conjunto de despesas regulares e imprescindíveis ao funcionamento da Autarquia.

Relativamente à estrutura da receita continua a verificar-se a dependência da Autarquia das transferências do Orçamento do Estado, que representam 58,15% das receitas totais.

Considerando os valores apurados no Quadro “Execução da Receita”, verificamos que o total das receitas registou o valor de 10.283.337,99€, desdobrado em:

- Receitas Correntes 7.547.444,49€ – 74%;
- Receitas de Capital 2.735.893,50 – 26%.

**Execução da Receita 2007**

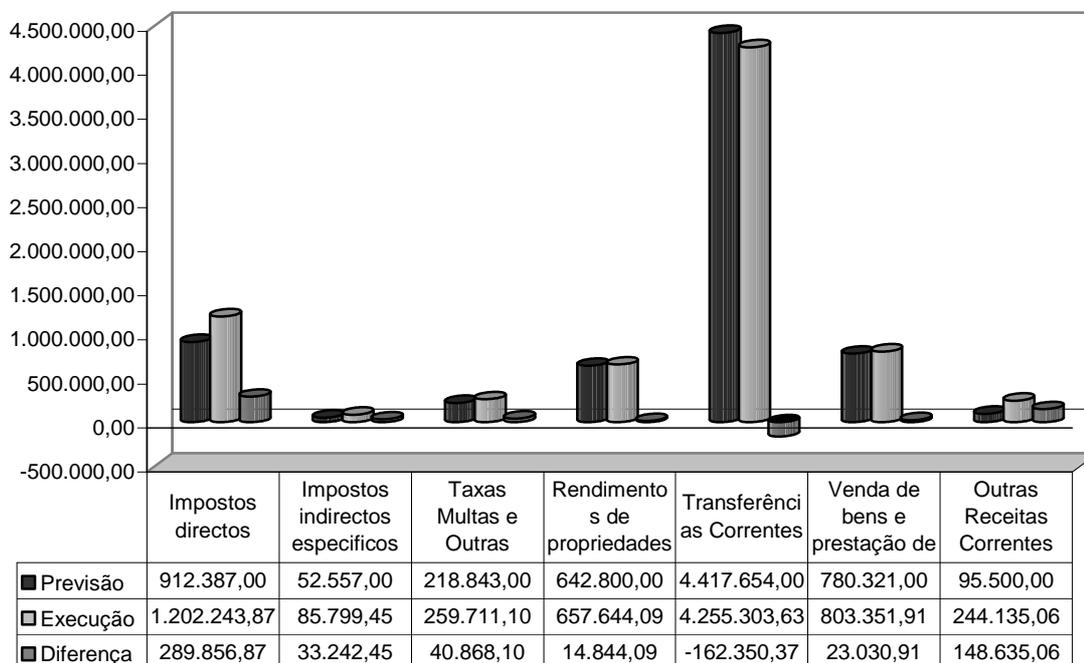
Classificação da Receita	Previsão		Execução C	Diferenças		Taxa de Execução
	Inicial A	Final B		Valor D=C-B	% E=D/B	
<b>Impostos directos</b>	<b>912.387,00</b>	<b>912.387,00</b>	<b>1.202.243,87</b>	<b>289.856,87</b>	<b>31,77%</b>	<b>131,77%</b>
Imposto Municipal sobre Imóveis	585.778,00	585.778,00	717.702,54	131.924,54	22,52%	122,52%
Imp. Municipal sb veiculos	109.619,00	109.619,00	116.437,48	6.818,48	6,22%	106,22%
IMT	216.970,00	216.970,00	332.636,77	115.666,77	53,31%	153,31%
Impostos Abolidos - CA	10,00	10,00	23.657,01	23.647,01	236470,10%	236570,10%
Impostos Abolidos - SISA	10,00	10,00	11.810,07	11.800,07	118000,70%	118100,70%
<b>Impostos indirectos especificos das Autarquias</b>	<b>52.557,00</b>	<b>52.557,00</b>	<b>85.799,45</b>	<b>33.242,45</b>	<b>63,25%</b>	<b>163,25%</b>
<b>Taxas</b>	<b>193.055,00</b>	<b>193.055,00</b>	<b>235.983,45</b>	<b>42.928,45</b>	<b>22,24%</b>	<b>122,24%</b>
<b>Multas e Outras Penalidades</b>	<b>25.788,00</b>	<b>25.788,00</b>	<b>23.727,65</b>	<b>-2.060,35</b>	<b>-7,99%</b>	<b>92,01%</b>
<b>Rendimentos de propriedades/ Rendas</b>	<b>642.800,00</b>	<b>642.800,00</b>	<b>657.644,09</b>	<b>14.844,09</b>	<b>2,31%</b>	<b>102,31%</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>4.417.654,00</b>	<b>4.417.654,00</b>	<b>4.255.303,63</b>	<b>-162.350,37</b>	<b>-3,68%</b>	<b>96,32%</b>
Bancos e Outras Instituições	260.000,00	260.000,00	0,00	-260.000,00	-100,00%	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.365.398,00	3.365.398,00	3.365.398,00	0,00	0,00%	100,00%
Fundo Social Municipal	222.889,00	222.889,00	222.889,00	0,00	0,00%	100,00%
Participação Fixa no IRS	148.001,00	148.001,00	148.001,00	0,00	0,00%	100,00%
Outras	50.000,00	50.000,00	123.953,38	73.953,38	147,91%	247,91%
Estado Part. Projectos Co-Financ.	53.656,00	53.656,00	38.481,47	-15.174,53	-28,28%	71,72%
Serviços e Fundos Autónomos	299.310,00	299.310,00	318.009,75	18.699,75	6,25%	106,25%
Serv. Fundos Auton.- Subs.Prot. Família Pol. Act. EFP	1.000,00	1.000,00	11.887,23	10.887,23	1088,72%	1188,72%
Segurança Social	17.400,00	17.400,00	26.683,80	9.283,80	53,36%	153,36%
<b>Venda de bens e prestação de Serviços correntes</b>	<b>780.321,00</b>	<b>780.321,00</b>	<b>803.351,91</b>	<b>23.030,91</b>	<b>2,95%</b>	<b>102,95%</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>95.500,00</b>	<b>95.500,00</b>	<b>244.135,06</b>	<b>148.635,06</b>	<b>155,64%</b>	<b>255,64%</b>
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>7.120.062,00</b>	<b>7.120.062,00</b>	<b>7.508.189,11</b>	<b>388.127,11</b>	<b>5,45%</b>	<b>105,45%</b>
<b>Venda de Bens de Investimento</b>	<b>2.607.000,00</b>	<b>2.607.000,00</b>	<b>31.750,00</b>	<b>-2.575.250,00</b>	<b>-98,78%</b>	<b>1,22%</b>
<b>Transferências de Capital</b>	<b>5.028.141,00</b>	<b>5.028.141,00</b>	<b>2.612.424,18</b>	<b>-2.415.716,82</b>	<b>-48,04%</b>	<b>51,96%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.243.599,00	2.243.599,00	2.243.599,00	0,00	0,00%	100,00%
Cooperação Técnica e Financeira	360.000,00	360.000,00	19.858,60	-340.141,40	-94,48%	5,52%
FEDER	2.389.542,00	2.389.542,00	316.466,58	-2.073.075,42	-86,76%	13,24%
Administração Local	35.000,00	35.000,00	32.500,00	-2.500,00	-7,14%	92,86%
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
Empréstimos contraídos a Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
<b>Outras Receitas de Capital</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>91.719,32</b>	<b>76.719,32</b>		<b>611,46%</b>
<b>Total Receitas de Capital</b>	<b>7.650.141,00</b>	<b>7.650.141,00</b>	<b>2.735.893,50</b>	<b>-4.914.247,50</b>	<b>-64,24%</b>	<b>35,76%</b>
<b>Total das Receitas</b>	<b>14.770.203,00</b>	<b>14.770.203,00</b>	<b>10.244.082,61</b>	<b>-4.526.120,39</b>	<b>-30,64%</b>	<b>69,36%</b>

Da análise do quadro podemos observar a taxa de execução da receita, isto é, o realizado por comparação com o previsto. Como já foi referido anteriormente, em termos globais, foi possível atingir um grau de execução da receita que se cifrou nos 69%, com a taxa de execução das receitas correntes bastante superior à taxa de execução das receitas de capital.

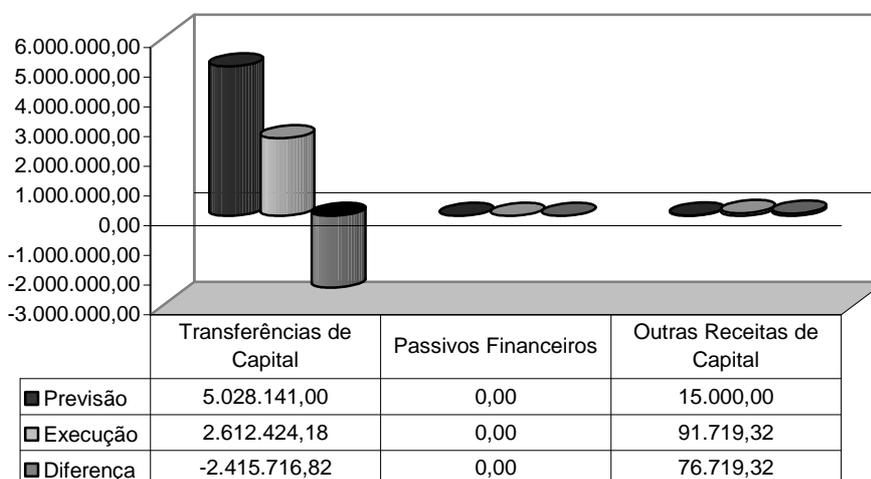
Verifica-se ainda que foram previstos menos 388.127,11€ em termos de receitas correntes, situação que contribuiu para a taxa de execução destas receitas ser superior a 100%

Os gráficos seguintes demonstram a variação entre os valores previstos e os executados:

**Receitas Correntes 2007 - Diferença entre a Previsão e a Execução**



**Receitas de Capital 2007 - Diferenças entre a Previsão e a Execução**



Dos gráficos anteriores pode verificar-se que nas receitas correntes apenas para as transferências correntes foi liquidado valor inferior ao previsto. Para as receitas de capital esta situação verificou-se também para as transferências de capital.

## **Receita Corrente**

Da análise dos valores do quadro abaixo, verifica-se que nos últimos cinco anos, as rubricas com maior importância, na receita corrente, são as transferências correntes, os impostos directos e a Venda de bens e Prestação de Serviços.

O efeito das alterações da tributação do património verificadas a partir de 2004, com as modificações nos critérios de avaliação dos prédios urbanos, começam agora a definir-se melhor. No ano de 2004 não tendo sido efectuada a desagregação dos impostos abolidos Contribuição Autárquica e SISA não sendo por isso possível comparar. Verifica-se um crescimento destes impostos 15,06% entre 2006 e 2007, inferior ao de 18,25% verificado em 2006.

No que respeita aos Impostos Indirectos, Taxas, Multas e outras Penalidades, estão incluídos os rendimentos associados a serviços prestados de secretaria, loteamento e obras. Também estas receitas sofreram um acréscimo em 2007.

Relativamente aos rendimentos de propriedade, que incluem as rendas provenientes da EDP e dos Parques Eólicos, seguiram a tendência dos anos anteriores, sendo que a taxa de crescimento verificada em 2007 ficou aquém da verificada no ano anterior. Tal deve-se ao facto de em 2006 se ter começado a receber a renda relativa ao Mosteiro de Folques.

No que respeita ao crescimento das transferências correntes, este é fruto das transferências provenientes da Direcção Regional da Educação.

As outras receitas correntes verificaram um crescimento de 274,37% resultado da receita proveniente dos montantes recebidos do processo judicial, ganho, com a empresa Hidroeléctrica do Alva, Lda., terminado em 05/07/2007.

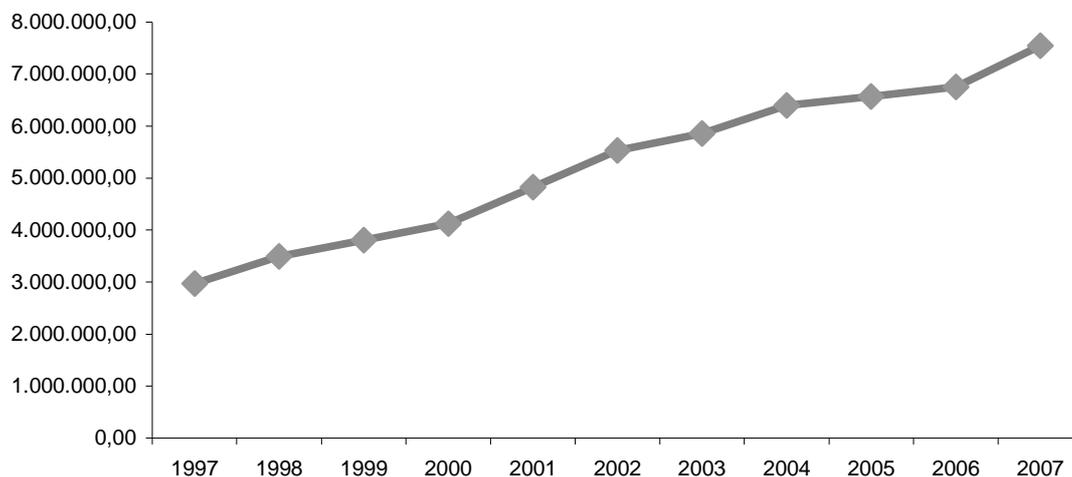
No global a receita corrente tem verificado uma tendência de crescimento. De 2006 para 2007, as receitas correntes cresceram 11,85%, valor superior ao verificado entre 2005 e 2006.

**Evolução das receitas Correntes (Receitas Cobradas Brutas)**

Classificação da Receita	Executado em 2003	Executado em 2004	Var%	Executado em 2005	Var%	Executado em 2006	Var%	Executado em 2007	Var%
<b>Impostos directos</b>	<b>841.392,21</b>	<b>1.050.219,91</b>	<b>24,82%</b>	<b>912.528,54</b>	<b>-13,11%</b>	<b>1.079.044,32</b>	<b>18,25%</b>	<b>1.241.499,25</b>	<b>15,06%</b>
Imposto Municipal sobre Imóveis		722.639,38		476.846,88	-34,01%	655.140,68	<b>37,39%</b>	742.845,55	<b>13,39%</b>
Imp. Municipal sb veículos	77.412,43	86.442,03	<b>11,66%</b>	115.462,02	33,57%	108.570,11	<b>-5,97%</b>	116.437,48	<b>7,25%</b>
IMT		241.138,50		209.825,03	-12,99%	241.716,45	<b>15,20%</b>	345.975,09	<b>43,13%</b>
Impostos Abolidos - CA	585.266,38			61.873,73		73.617,08	<b>18,98%</b>	24.431,06	<b>-66,81%</b>
Impostos Abolidos - SISA	178.713,40			48.520,88		0,00	<b>-100,00%</b>	11.810,07	<b>0,00%</b>
<b>Impostos indirectos específicos das Autarquias</b>	<b>30.045,30</b>	<b>17.210,83</b>	<b>-42,72%</b>	<b>16.191,97</b>	<b>-5,92%</b>	<b>48.299,78</b>	<b>198,29%</b>	<b>85.799,45</b>	<b>77,64%</b>
<b>Taxas, Multas e Outras Penalidades</b>	<b>197.857,30</b>	<b>236.831,62</b>	<b>19,70%</b>	<b>239.086,57</b>	<b>0,95%</b>	<b>245.967,95</b>	<b>2,88%</b>	<b>259.711,10</b>	<b>5,59%</b>
<b>Rendimentos de propriedades/ Rendas</b>	<b>292.382,50</b>	<b>418.091,15</b>	<b>42,99%</b>	<b>529.391,62</b>	<b>26,62%</b>	<b>631.209,00</b>	<b>19,23%</b>	<b>657.644,09</b>	<b>4,19%</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>3.770.149,41</b>	<b>3.836.112,45</b>	<b>1,75%</b>	<b>4.055.954,64</b>	<b>5,73%</b>	<b>3.893.449,65</b>	<b>-4,01%</b>	<b>4.255.303,63</b>	<b>9,29%</b>
Transferências Orçamento do Estado	3.356.470,00	3.517.580,00	<b>4,80%</b>	3.721.695,00	5,80%	3.587.933,00	<b>-3,59%</b>	3.736.288,00	<b>4,13%</b>
Outras	413.679,41	318.532,45	<b>-23,00%</b>	334.259,64	4,94%	305.516,65	<b>-8,60%</b>	519.015,63	<b>69,88%</b>
<b>Venda de bens e Prestação de Serviços correntes</b>	<b>638.454,88</b>	<b>761.253,31</b>	<b>19,23%</b>	<b>693.295,30</b>	<b>-8,93%</b>	<b>784.560,34</b>	<b>13,16%</b>	<b>803.351,91</b>	<b>2,40%</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>86.075,10</b>	<b>74.729,80</b>	<b>-13,18%</b>	<b>117.745,89</b>	<b>57,56%</b>	<b>65.213,04</b>	<b>-44,62%</b>	<b>244.135,06</b>	<b>274,37%</b>
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>5.856.356,70</b>	<b>6.394.449,07</b>	<b>9,19%</b>	<b>6.564.194,53</b>	<b>2,65%</b>	<b>6.747.744,08</b>	<b>2,80%</b>	<b>7.547.444,49</b>	<b>11,85%</b>

Vejam agora, graficamente, a tendência da receita corrente verificada no período de 1997 a 2007.

**Evolução das Receitas Correntes**



É possível verificar no gráfico supra que a receita corrente sofreu um crescimento acentuado até 2003, tendo, de 2003 a 2006 esse crescimento sido mais brando. Em 2007 constata-se novamente um crescimento mais acentuado, resultante sobretudo das receitas próprias do Município.

**Total de Receitas Correntes**

1997	1998	Variação	Var. %	1999	Variação	Var. %			
2.968.719,52	3.493.604,84	524.885,32	17,68%	3.802.638,37	309.033,52	8,85%			
2000	Variação	Var. %	2001	Variação	Var. %	2002	Variação	Var. %	
4.122.256,49	319.618,13	8,41%	4.824.625,01	702.368,52	17,04%	5.529.882,25	705.257,24	14,62%	
2003	Variação	Var. %	2004	Variação	Var. %	2005	Variação	Var. %	
5.856.356,70	326.474,45	5,90%	6.394.449,07	538.092,37	9,19%	6.564.194,53	169.745,46	2,65%	
2006	Variação	Var. %	2007	Variação	Var. %				
6.747.744,08	183.549,55	2,80%	7.547.444,49	799.700,41	11,85%				

### Receita de Capital

Da análise do quadro seguinte constatamos que no global as receitas capital sofreram um decréscimo relativamente a 2006.

Tal foi originado por duas situações: por um lado não foi contraído qualquer empréstimo, ao contrário do verificado em 2006 (Empréstimo para Saneamento Financeiro no montante de 6.000.000,00€); por outro, em seguimento ao já ocorrido em 2006, devido à diminuição das receitas provenientes do FEDER, consequência do fim do III Quadro Comunitário de Apoio e dos atrasos ocorridos ao nível da regulamentação nacional do QREN.

**Evolução das Receitas de Capital (Receitas Cobradas Brutas)**

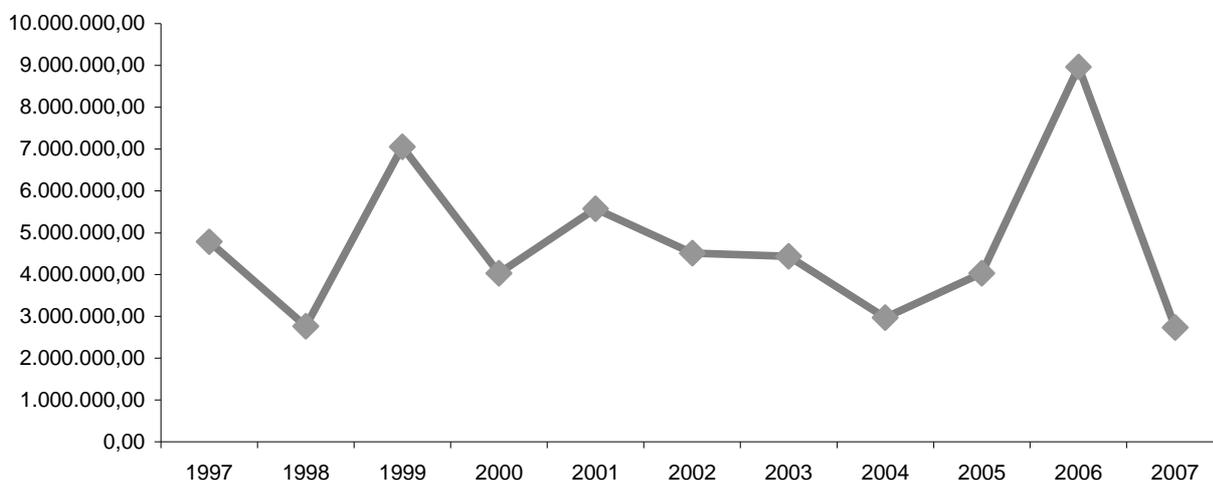
<b>Classificação da Receita</b>	<b>Executado em 2003</b>	<b>Executado em 2004</b>	<b>Var%</b>	<b>Executado em 2005</b>	<b>Var%</b>	<b>Executado em 2006</b>	<b>Var%</b>	<b>Executado em 2007</b>	<b>Var%</b>
<b>Vendas de Bens de Investimento</b>	<b>19.172,03</b>	<b>5.993,50</b>	<b>-68,74%</b>	<b>94.452,48</b>	<b>1475,92%</b>	<b>0,00</b>	<b>-100,00%</b>	<b>31.750,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>Transferências de Capital</b>	<b>4.081.551,30</b>	<b>2.860.653,07</b>	<b>-29,91%</b>	<b>2.600.684,38</b>	<b>-9,09%</b>	<b>2.920.065,65</b>	<b>12,28%</b>	<b>2.612.424,18</b>	<b>-10,54%</b>
Transferências Orçamento do Estado	2.237.637,00	2.345.063,00	<b>4,80%</b>	1.471.382,00	-37,26%	2.391.954,00	62,57%	2.243.599,00	-6,20%
Cooperação Técnica e Financeira	279.924,44	44.613,76	<b>-84,06%</b>	135.913,33	204,64%	28.506,91	-79,03%	19.858,60	-30,34%
FEDER	1.563.989,86	470.976,31	<b>-69,89%</b>	976.146,31	107,26%	487.644,91	-50,04%	316.466,58	-35,10%
Famílias	0,00	0,00		17.242,74		11.959,83	-30,64%	32.500,00	171,74%
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>332.232,81</b>	<b>29.044,96</b>	<b>-91,26%</b>	<b>550.000,00</b>	<b>1793,62%</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>990,91%</b>	<b>0,00</b>	<b>-100,00%</b>
<b>Outras Receitas de Capital</b>		<b>77.585,67</b>		<b>0,00</b>	<b>-100,00%</b>	<b>46.063,71</b>	<b>0,00%</b>	<b>91.719,32</b>	<b>99,11%</b>
<b>Total Receitas de Capital</b>	<b>4.432.956,14</b>	<b>2.973.277,20</b>	<b>-32,93%</b>	<b>3.245.136,86</b>	<b>9,14%</b>	<b>8.966.129,36</b>	<b>176,29%</b>	<b>2.735.893,50</b>	<b>-69,49%</b>

Ao contrário das receitas correntes, que apresentam um crescimento constante, as receitas de capital, registam significativas alterações de comportamento, como é possível verificar no gráfico abaixo.

No ano de 2007 as receitas de capital sofreram um decréscimo significativo relativamente a 2006 fruto do empréstimo contratado, nesse ano.

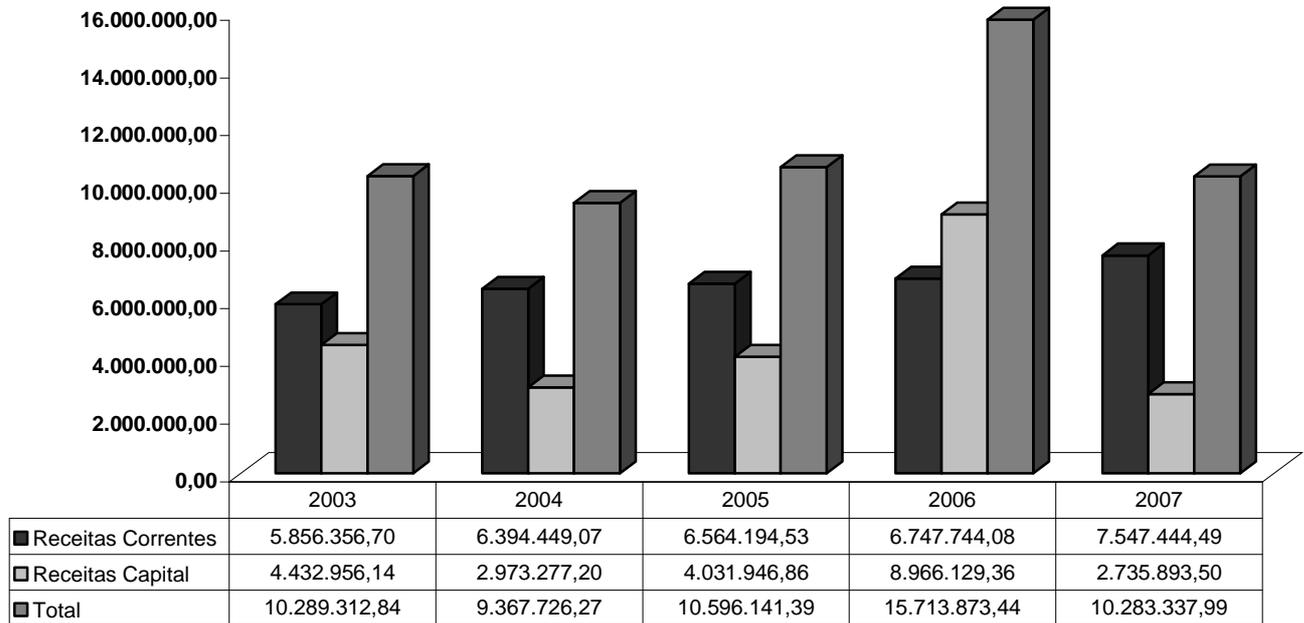
Das rubricas de capital apenas as Outras Receitas de Capital verificaram um crescimento, relativamente a 2006, as quais, na sua maioria respeitam à receita proveniente dos prolongamentos de rede eléctrica.

**Evolução das Receitas de Capital**



**Resumo da Evolução das Receitas**

	2003	2004	2005	2006	2007	Var%
<b>Receitas Correntes</b>	5.856.356,70	6.394.449,07	6.564.194,53	6.747.744,08	7.547.444,49	11,85%
<b>Receitas Capital</b>	4.432.956,14	2.973.277,20	4.031.946,86	8.966.129,36	2.735.893,50	-69,49%
<b>Total</b>	<b>10.289.312,84</b>	<b>9.367.726,27</b>	<b>10.596.141,39</b>	<b>15.713.873,44</b>	<b>10.283.337,99</b>	<b>-34,56%</b>



### 4.3 Despesa

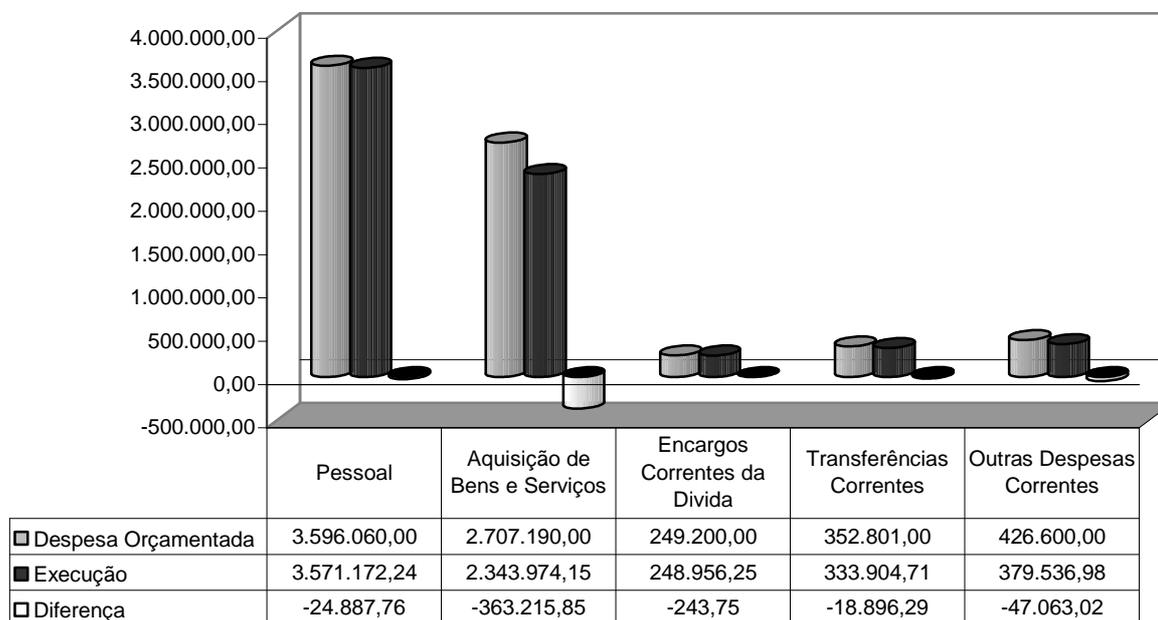
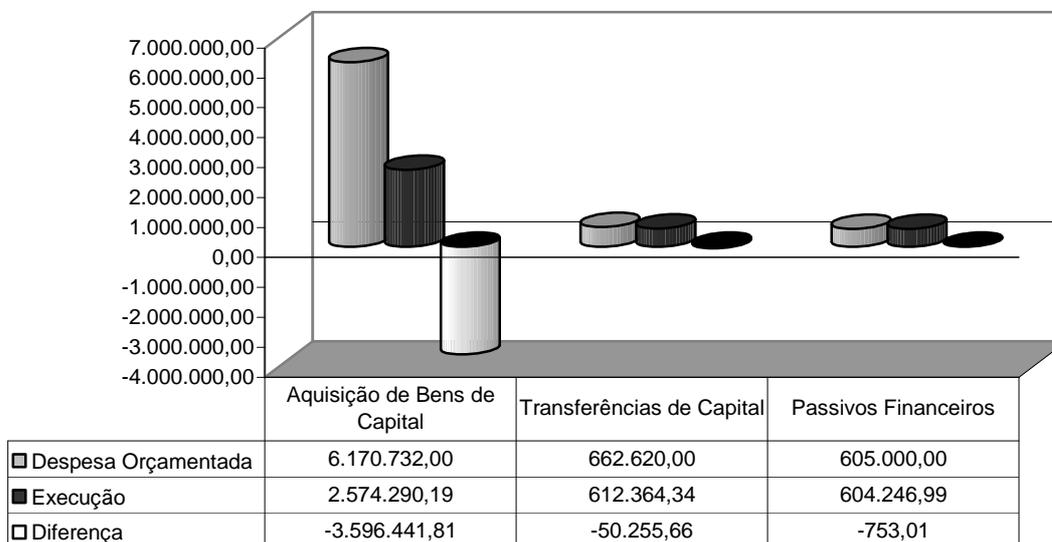
Da análise do quadro “Execução da Despesa”, verifica-se que a autarquia executou, no capítulo das despesas correntes, 93,80% das que se encontravam previstas, sendo que, no que concerne às despesas de capital, obteve-se uma execução de 50,96%. Consequentemente, a execução da despesa, em termos globais, cifrou-se nos 72,23%.

Quer o orçamento de 2007 quer o de 2006, que concluiu com uma taxa de execução de 77,72% foram orçamentos bastante próximos da realidade.

#### Execução da despesa

Classificação da Despesa	Previsão		Execução C	Diferenças		Execução
	Inicial A	Final B		Valor D=C-B	% E=D/B	
<b>Despesas Correntes</b>						
Pessoal	4.099.900,00	3.596.060,00	3.571.172,24	-24.887,76	-0,69%	99,31%
Aquisição de Bens e Serviços	1.990.950,00	2.707.190,00	2.343.974,15	-363.215,85	-13,42%	86,58%
Encargos Correntes da Dívida	178.300,00	249.200,00	248.956,25	-243,75	-0,10%	99,90%
Transferências Correntes	240.001,00	352.801,00	333.904,71	-18.896,29	-5,36%	94,64%
Outras Despesas Correntes	466.500,00	426.600,00	379.536,98	-47.063,02	-11,03%	88,97%
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>6.975.651,00</b>	<b>7.331.851,00</b>	<b>6.877.544,33</b>	<b>-454.306,67</b>	<b>-6,20%</b>	<b>93,80%</b>
<b>Despesas de Capital</b>						
Aquisição de Bens de Capital	6.944.552,00	6.170.732,00	2.574.290,19	-3.596.441,81	-58,28%	41,72%
Transferências de Capital	260.000,00	662.620,00	612.364,34	-50.255,66	-7,58%	92,42%
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	590.000,00	605.000,00	604.246,99	-753,01	-0,12%	99,88%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total Despesas de Capital</b>	<b>7.794.552,00</b>	<b>7.438.352,00</b>	<b>3.790.901,52</b>	<b>-3.647.450,48</b>	<b>-49,04%</b>	<b>50,96%</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>14.770.203,00</b>	<b>14.770.203,00</b>	<b>10.668.445,85</b>	<b>-4.101.757,15</b>	<b>-27,77%</b>	<b>72,23%</b>

Graficamente pode ver-se de seguida a diferença entre as despesas previstas e as executadas:

**Despesas Correntes 2007 - Diferenças entre a Previsão e a Execução**

**Despesas de Capital 2007 - Diferenças entre a Previsão e a Execução**


Verifica-se sobretudo ao nível da despesa de capital, e nesta a Aquisição de Bens de Capital, um grande desvio entre o valor previsto e o valor executado.

Para este desvio contribuiu fortemente a fraca execução de alguns projectos nomeadamente: Escola EB1 de Coja, Centro Empresarial e Tecnológico, Requalificação da Antiga Cerâmica e Espaço Envolvente e beneficiações de algumas Redes Viárias, como é possível ver na Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, nos documentos anexos a este relatório.

## **Estrutura e Evolução das Despesas**

### **Despesa Corrente Paga**

Da análise dos valores registados nos Quadros – “Evolução das Despesas Correntes” e “Estrutura da Despesa Paga”, verifica-se que, em analogia a anos anteriores a rubrica Pessoal é a de maior significado em termos das despesas correntes, representando 52,79% destas, e 33,47% das despesas totais.

Verifica-se, também, que em 2007 as despesas com pessoal sofreram um decréscimo de 2,59%, relativamente a 2006 consequência da política de contenção de custos da Autarquia. Realça-se o esforço da Autarquia ao nível destas despesas já que, em 2006 viu aumentada a contribuição para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) de 10% para 13%, das remunerações sujeitas a desconto, e em 2007 confrontou-se com novo aumento, de 13% para 15%. Por esta via, nos anos de 2006 e 2007, o Município de Arganil entregou à CGA mais 160 mil Euro do que nos anos precedentes.

Paralelamente a esta situação, o município teve, ainda, que suportar os aumentos salariais dos funcionários, bem como o pagamento à ADSE, que actualmente se faz mensalmente.

A outra componente corrente que, pelo seu valor, se destaca é a Aquisição de Bens e Serviços, representando 34,08% das despesas correntes e 21,97% das despesas totais, cujo valor ultrapassou os 2,3 milhões de euro.

Esta rubrica da despesa verificou um aumento de 6,26% relativamente a 2006, correspondente a cerca de um terço do aumento verificado nesse ano (18.02%)

Desta importância destacam-se, os encargos com combustíveis, comunicações, encargos de instalações (montantes pagos à EDP), transportes, nos quais estão incluídos os transportes escolares, outros serviços (encargos com fotocopiadoras, protocolos de prestação de serviços no âmbito das actividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo do ensino básico, análises de água, entre outras).

Incluem-se também aqui os encargos da Autarquia com o fornecimento de refeições escolares aos alunos do ensino pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico, que engloba não só a aquisição de géneros para confeccionar, mas também o pagamento a várias entidades de refeições confeccionadas. Em 2007 o valor destas despesas cifrou-se em cerca de 107 mil euro.

Os encargos correntes da dívida respeitam aos montantes pagos em termos de juros relativos aos empréstimos ainda activos da Autarquia.

Os valores relevados na rubrica de Transferências Correntes respeitam às transferências efectuadas para as diversas Associações Culturais e Desportivas do Concelho, bem como as quotas da ADESA, Associação Nacional de Municípios Portugueses e outras entidades.

Também esta rubrica verificou um crescimento negativo relativamente a 2006.

O mapa das transferências correntes anexo identifica as entidades beneficiárias destas transferências.

A rubrica “Outras Despesas Correntes” que engloba nomeadamente os montantes relativos à Ficabeira/ Feira do Mont’Alto, Feira das Freguesias, entre outras verificou também um decréscimo (-14,51%)

Na sua globalidade as despesas correntes pagas verificaram um crescimento negativo de 0,97% em 2007, facto inédito pelo menos nos últimos cinco anos em análise.

### **Despesa de Capital Pagas**

A despesa de capital situou-se em 3.790.901,52€, estando-lhe associado um decréscimo, em termos homólogos, de 54,47%.

No quadro “Evolução das Despesas de Capital”, podemos verificar que as componentes de maior expressão são – Aquisição de Bens de Capital, que representa 67,91%, das Despesas de Capital e 24,13% das despesas totais.

As despesas de capital pagas verificaram um decréscimo bastante elevado no ano de 2007, cerca de 54%. Este valor é explicado pelo facto de em 2006 com a contratação do empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro se terem liquidado as dívidas de capital dos anos anteriores e em 2007 se ter pago apenas as despesas do ano.

Do conjunto das despesas de investimento, a rubrica Construções Diversas é a que apresenta um maior peso no total dos investimentos pagos (50,95%), permitindo-nos inferir que as aplicações dos recursos disponíveis da Autarquia se destinaram, dentro da Aquisição de Bens de Capital, ao sector de Construções Diversas, com maior impacto na área dos Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares.

As transferências de capital verificaram um crescimento elevado fruto sobretudo dos contratos programa, celebrados com as Freguesias, que totalizaram o montante 168.243,54€ discriminados no seguinte quadro:

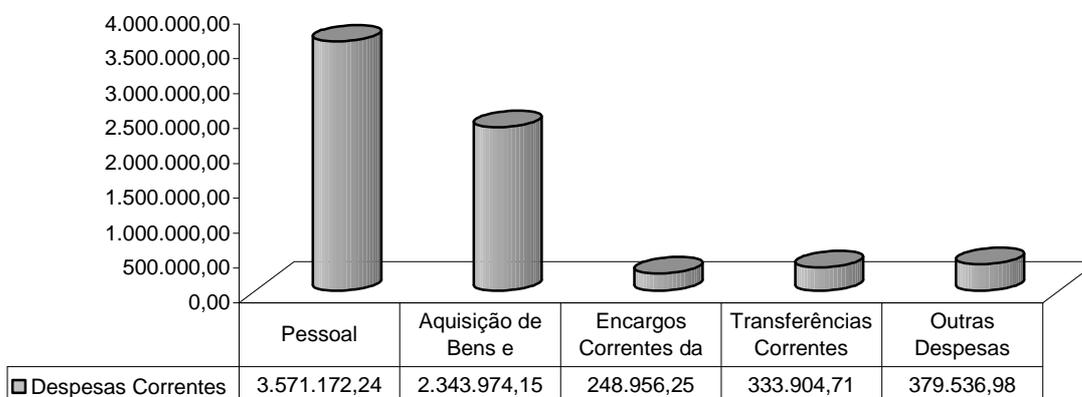
Freguesia	Obra	Valor Total	Valor Pago	Valor em dívida
Freguesia de Anseriz	Construção de valetas em cimento nas Ruas "Liga de Melhoramentos de Anseriz", "José Alves das Neves" e "Bacharel Joaquim Gouveia Pinto"	5.000,00	5.000,00	0,00
	Trabalhos de silvicultura preventiva	750,00	750,00	0,00
Freguesia de Arganil	Execução arranjos de passeios no Rochel	750,00	0,00	750,00
Freguesia da Benfeita	Rectificação de estrada de acesso ao Enxudro	1.000,00	1.000,00	0,00
	Construção de muros de vedação e colocação de postes metálicos; Colocação de paralelos na rua central do cemitério de Monte Frio; Pavimentação em paralelos da rua do Vale; Construção de um passeio em paralelos	5.000,00	5.000,00	0,00
	Construção de muros no Cemitério da Benfeita	5.250,00	5.250,00	0,00
	Requalificação da Frente Fluvial da Benfeita	5.000,00	5.000,00	0,00
Freguesia dos Cepos	Execução de parque de resíduos	3.500,00	1.750,00	1.750,00
	Calçamento das ruas no interior da localidade de Cepos	10.000,00	5.000,00	5.000,00
Freguesia de Celavisa	Aquisição de viatura	1.966,25	0,00	1.966,25
Freguesia da Cerdeira	Trabalhos de silvicultura preventiva	750,00	750,00	0,00
	Requalificação do caminho com escadas em Vale de Lucas	3.250,00	3.250,00	0,00
Freguesia de Coja	Calçamento da rua principal	12.500,00	6.250,00	6.250,00
	Disponibilização de instalações para osto de turismo/ execução dos trabalhos de requalificação da envolvente à estrada do Vale e ampliação do Cemitério de Coja	21.500,00	21.500,00	0,00
	Diversas obras no campo de aviação de coja	3.000,00	3.000,00	0,00
	Manutenção do edifício do J. Infância de Coja	10.000,00	10.000,00	0,00
Freguesia de Pomares	Requalificação de Miradouro	3.150,00	3.150,00	0,00
	Recuperação da praia fluvial	8.400,00	8.400,00	0,00
	Construção de muros e trabalhos diversos no cemitério de Sobral Magro	8.400,00	0,00	8.400,00
Freguesia de Secarias	Diversas obras	2.500,00	1.250,00	1.250,00
Freguesia de Vila Cova	Obras de ampliação do cemitério	15.000,00	7.500,00	7.500,00
	Trabalhos de silvicultura preventiva	818,54	818,54	0,00
	Revestimento de valetas em cimento no lugar de Vinho e Casal de S.João e de movimentação de terras para a execução de muro junto à capela de Casal S. João	5.750,00	2.875,00	2.875,00
Freguesia do Sarzedo	Requalificação de espaço	7.500,00	3.750,00	3.750,00
	Trabalhos de Reparação e limpeza do telhado da escola primária	8.000,00	8.000,00	0,00
Freguesia S. Martinho da Cortiça	Execução de trabalhos na Rua Principal da Urgueira	1.500,00	1.500,00	0,00
	Construção de cobertura no edifício, com isolamento, do edifício contíguo á actual escola primária	20.000,00	10.000,00	10.000,00
Freguesia Pombeiro da Beira	Obras de manutenção da escola do ensino básico	5.000,00	5.000,00	0,00
Freguesia do Piódão	Trabalhos de recuperação de pontão de acesso aos Moinhos	7.500,00	7.500,00	0,00
	Recuperação do largo principal da aldeia e recuperação da Ponte de Foz D'Égua destruída pelas enxurradas	25.000,00	25.000,00	0,00
Freguesia da Teixeira	Obras de Construção do Edifício Sede da Junta	10.000,00	10.000,00	0,00
<b>Total</b>		<b>217.734,79</b>	<b>168.243,54</b>	<b>49.491,25</b>

No que respeita aos passivos financeiros representam 15,94% das despesas de capital e verificaram um decréscimo relativamente a 2006. Tal é explicado também pelo empréstimo contratado em 2006 que permitiu liquidar alguns dos empréstimos existentes.

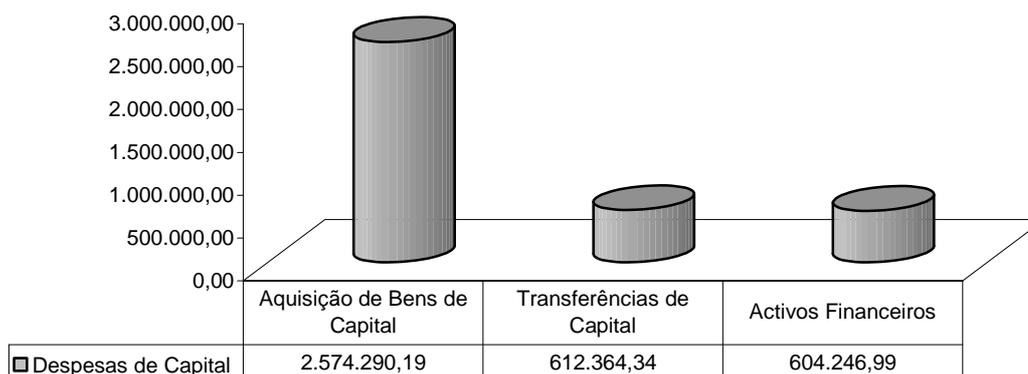
## Estrutura da Despesa Paga - 2007

Classificação da Despesa	Execução	%
<b>Despesas Correntes</b>		
Pessoal	3.571.172,24	33,47%
Aquisição de Bens e Serviços	2.343.974,15	21,97%
Encargos Correntes da Dívida	248.956,25	2,33%
Transferências Correntes	333.904,71	3,13%
Outras Despesas Correntes	379.536,98	3,56%
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>6.877.544,33</b>	<b>64,47%</b>
<b>Despesas de Capital</b>		<b>0,00%</b>
Aquisição de Bens de Capital	2.574.290,19	24,13%
Transferências de Capital	612.364,34	5,74%
Activos Financeiros	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	604.246,99	5,66%
<b>Outras Despesas de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>Total Despesas de Capital</b>	<b>3.790.901,52</b>	<b>35,53%</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>10.668.445,85</b>	<b>100,00%</b>

## Despesas Correntes - 2007



## Despesas de Capital - 2007

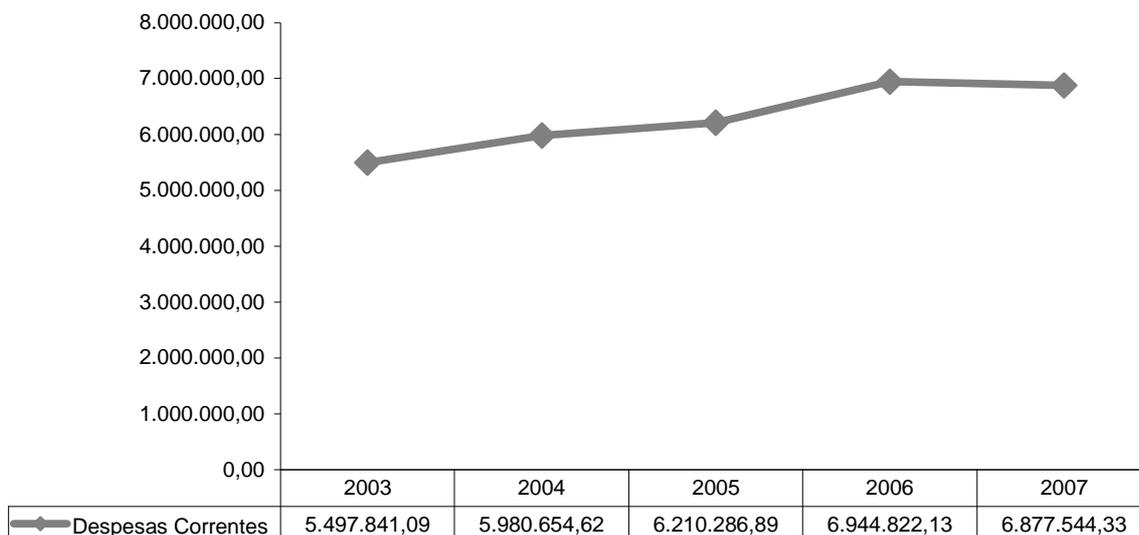
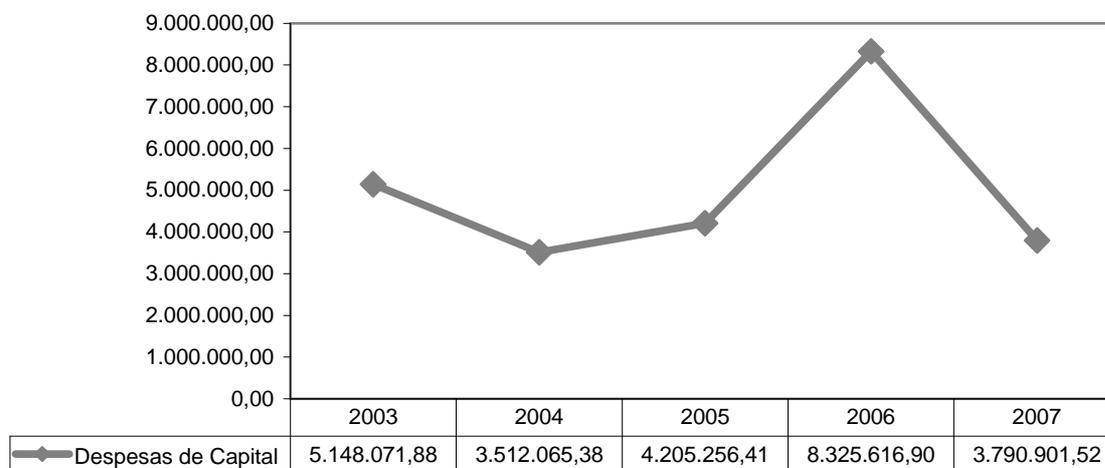


**Evolução das Despesas Correntes Pagas 2003/2007**

Classificação da Despesa	2003	2004	Var%	2005	Var%	2006	Var%	2007	Var%	Estrutura
Pessoal	3.293.325,17	3.267.731,87	-0,78%	3.495.495,26	6,97%	3.666.293,97	4,89%	3.571.172,24	-2,59%	51,93%
Aquisição de Bens e Serviços	1.395.656,25	1.914.603,23	37,18%	1.869.102,57	-2,38%	2.205.883,19	18,02%	2.343.974,15	6,26%	34,08%
Encargos Correntes da Dívida	136.399,50	194.481,98	42,58%	274.749,68	41,27%	237.212,55	-13,66%	248.956,25	4,95%	3,62%
Transferências Correntes	313.906,53	307.257,97	-2,12%	308.280,56	0,33%	391.452,28	26,98%	333.904,71	-14,70%	4,85%
Outras Despesas Correntes	358.553,64	296.579,57	-17,28%	262.658,82	-11,44%	443.980,14	69,03%	379.536,98	-14,51%	5,52%
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>5.497.841,09</b>	<b>5.980.654,62</b>	<b>8,78%</b>	<b>6.210.286,89</b>	<b>3,84%</b>	<b>6.944.822,13</b>	<b>11,83%</b>	<b>6.877.544,33</b>	<b>-0,97%</b>	<b>100,00%</b>

**Evolução das Despesas de Capital Pagas 2003/2007**

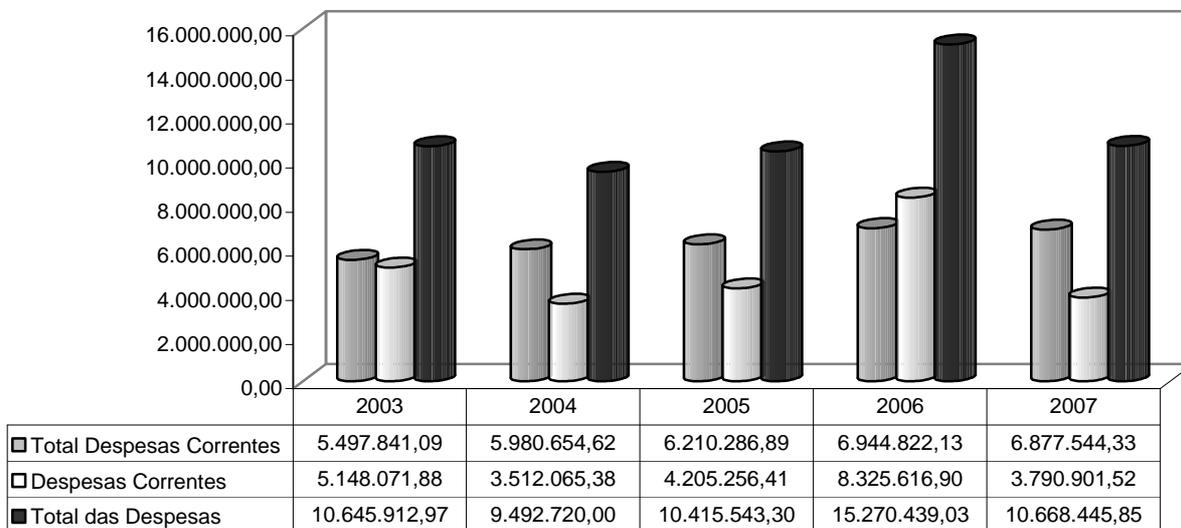
Classificação da Despesa	2003	2004	Var%	2005	Var%	2006	Var%	2007	Var%	Estrutura
Aquisição de Bens de Capital	4.366.517,59	2.681.358,23	1,05	2.961.215,59	-1,08	5.595.257,35	88,95%	2.574.290,19	-53,99%	67,91%
Habitacões e Edifícios	1.219.336,55	336.810,02	-72,38%	155.233,14	-53,91%	400.682,18	158,12%	432.437,30	7,93%	11,41%
Construções Diversas - Viadutos, Arruamentos e Obras Compl. - Sist. e Est. de Dren. e Tratamento de Águas Res. - Inst. Desp. e Recreativas - Captação e Dist. de Água - Viação Rural - Sinalização e Trânsito - Inf. Distrib. Energ. Eléctrica, Cemitérios e Outros	2.880.324,66	1.961.489,66	-31,90%	2.550.683,53	30,04%	3.797.744,82	48,89%	1.931.570,79	-49,14%	50,95%
Material de Transporte	37.164,42	32.586,41	-12,32%	24.913,16	-23,55%	150.612,77	504,55%	23.800,00	-84,20%	0,63%
Equipamento e Software Informático	57.119,92	187.381,12	228,05%	55.733,51	-70,26%	60.364,87	8,31%	75.492,10	25,06%	1,99%
Equipamento Básico e Administrativo	93.602,66	66.801,80	-28,63%	61.650,52	-7,71%	296.756,82	381,35%	108.122,78	-63,57%	2,85%
Artigos e Objectos de valor/ Investimentos Incorpóreos						18.082,25		2.867,22	-84,14%	0,08%
Locação Financeira	78.969,38	96.289,22	21,93%	113.001,73	17,36%	871.013,64	670,80%	0,00	-100,00%	0,00%
Transferências de Capital	109.670,83	127.427,70	16,19%	179.079,07	40,53%	268.809,35	50,11%	612.364,34	127,81%	16,15%
Activos Financeiros	0,00	0,00		121.745,00		65.555,00	-46,15%	0,00	-100,00%	0,00%
Passivos Financeiros	671.883,46	703.279,45	4,67%	917.966,38	30,53%	2.371.055,30	158,29%	604.246,99	-74,52%	15,94%
Outras Despesas de Capital	0,00			25.250,37		24.939,90	-1,23%	0,00	-100,00%	0,00%
<b>Total Despesas de Capital</b>	<b>5.148.071,88</b>	<b>3.512.065,38</b>	<b>-31,78%</b>	<b>4.205.256,41</b>	<b>19,74%</b>	<b>8.325.616,90</b>	<b>97,98%</b>	<b>3.790.901,52</b>	<b>-54,47%</b>	<b>100,00%</b>

**Evolução das Despesas Correntes Pagas**

**Evolução das Despesas de Capital Pagas**

**Resumo da Evolução das Despesas Correntes e de Capital**

	2003	2004	Var. %	2005	Var. %	2006	Var. %	2007	Var. %
<b>Total Despesas Correntes</b>	5.497.841,09	5.980.654,62	8,78%	6.210.286,89	3,84%	6.944.822,13	11,83%	6.877.544,33	-0,97%
<b>Total Despesas de Capital</b>	5.148.071,88	3.512.065,38	-31,78%	4.205.256,41	19,74%	8.325.616,90	97,98%	3.790.901,52	-54,47%
<b>Total</b>	<b>10.645.912,97</b>	<b>9.492.720,00</b>	<b>-10,83%</b>	<b>10.415.543,30</b>	<b>9,72%</b>	<b>15.270.439,03</b>	<b>46,61%</b>	<b>10.668.445,85</b>	<b>-30,14%</b>

Em 2007 verifica-se uma diminuição das despesas totais pagas, de cerca de 30%, relativamente a 2006.

**Evolução das Despesas Pagas**



**Execução das GOP's (Grandes Opções do Plano)**

Na execução das GOP's destacam-se os seguintes projectos:

Designação	Realizado Anos Anteriores	Realizado em 2007	Realizado Total	Pago em 2007
Escola EB1 de S.Martinho da Cortiça	21.175,00	180.249,07	201.424,07	190.950,81
Transportes escolares	175.032,88	471.416,54	646.449,42	599.521,15
Requalificação Praça Simões Dias	0,00	76.076,98	76.076,98	76.076,78
Ampliação e conservação das redes existentes - Saneamento	7.632,58	37.333,90	44.966,48	32.970,37
Construção, ampliação e conservação das redes existentes - Água	6.502,08	128.578,11	135.080,19	127.096,63
Apoio a instituições recreativas desportivas e culturais	5.000,00	110.735,16	115.735,16	115.735,16
Agris - Medida 3.4 - Prevenção de Riscos Florestais	211,00	152.663,95	152.874,95	131.480,48
Aquisição Terrenos em Zonas Industriais	0,00	114.754,00	114.754,00	58.129,00
Ampliação e remodelação da rede de iluminação pública	39.411,54	194.761,03	234.172,57	155.493,32
Ligação/Arganil/Maladão/Urgueira/EN17	7.531,27	100.163,80	107.695,07	107.695,07
EN342-4-Arganil/IC6- Passeios/ Variante Sobreiral	0,00	127.149,28	127.149,28	124.499,69
Ligação S. Martinho da Cortiça/ Pombeiro da Beira, via Barragem das Fronhas	0,00	222.065,82	222.065,82	222.065,82
Reparação e beneficiação de estradas municipais	72.193,86	724.076,36	796.270,22	672.112,17
Aquisição Viaturas	0,00	29.729,00	29.729,00	23.800,00
Loja da Aldeia	0,00	25.499,31	25.499,31	25.499,31
Casa Museu Simões Dias	0,00	58.693,71	58.693,71	58.693,71
Feira do Montalto/ Ficabeira	1.684,01	175.693,06	177.377,07	176.237,94
Feira das Freguesias	0,00	22.041,22	22.041,22	22.041,22
Transferências para as Freguesias	3.528,89	403.053,79	406.582,68	377.591,43
Transferências para Outras Instituições	4.623,93	232.100,34	236.724,27	234.772,91
<b>Total</b>	<b>344.527,04</b>	<b>3.586.834,43</b>	<b>3.931.361,47</b>	<b>3.297.690,06</b>

Do quadro anterior importa referir que os projectos a sombreado, de natureza corrente, fazem parte das Actividades Mais Relevantes.

As transferências para as Freguesias e Outras Instituições são transferências de capital mas estão integradas nas Actividades Mais Relevantes.

Os projectos de natureza de capital, incluídos do PPI (Plano Plurianual de Investimentos).

No ano de 2007 a taxa de execução das GOP's atingiu o nível global de 45,75%. As Actividades Mais Relevantes verificaram uma taxa de execução de 93,40% e o PPI 40,38%.

A execução global de 2007 ficou abaixo da verificada no ano de 2006 (74,19%), justificada pelo mesmo motivo já atrás referido, da contratação do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, para Saneamento Financeiro contratado nesse ano, que permitiu saldar as dívidas de anos anteriores, nomeadamente as de capital que estavam incluídas no PPI.

Analisam-se agora algumas rubricas da despesa que pela sua importância requerem uma análise mais detalhada.

### **Despesa com o Pessoal**

A Lei de Orçamento de Estado para 2007 não previu qualquer limite para esse ano para as despesas com pessoal das Autarquias Locais. No entanto o n.º 5 do art. 50º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, refere que trimestralmente as Autarquias devem remeter informação:

- Das Despesas com Pessoal, incluindo contratos de avença, de tarefa e de aquisição de serviços com pessoas singulares;
- Do número de admissões de pessoal, a qualquer tipo, e de aposentações, rescisões e outras formas de cessação de vínculo laboral;
- Fundamentação de eventuais aumentos de despesa com pessoal, que não resulte de actualizações salariais, cumprimento de obrigações legais ou transferência de competências da administração central.

Independentemente de não ter sido fixado qualquer limite, uma gestão eficiente dos recursos aconselha a sua contenção. Desse modo em 2007 verificou-se forte esforço de contenção de despesas com o pessoal.

No quadro seguinte podemos analisar a evolução destas despesas nos últimos 3 anos.

**Despesas com Pessoal**

	Total de 2005	Total de 2006	Estr. %	Var. %	Total de 2007	Estr. %	Var. %
<b>Rem. Certas e permanentes</b>							
Rem. órgãos autárquicos	193.746,17	143.244,46	3,91%	-26,07%	104.607,96	2,93%	-26,97%
Rem. pessoal do quadro	1.631.945,34	1.601.857,87	43,69%	-1,84%	1.592.583,52	44,60%	-0,58%
Rem. pessoal reg. contrato ind. trabalho	9.137,06	705,37	0,02%	-92,28%	70.982,60	1,99%	9963,17%
Rem. pessoal contratado a termo	206.564,33	297.570,10	8,12%	44,06%	275.408,18	7,71%	-7,45%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	159.315,73	70.709,45	1,93%	-55,62%	83.754,79	2,35%	18,45%
Pessoal aguardando aposentação	2.851,38	1.202,77	0,03%	-57,82%	545,26	0,02%	-54,67%
Pessoal em qualquer outra situação	36.216,27	15.322,72	0,42%	-57,69%	4.836,00	0,14%	-68,44%
Representação	30.903,28	24.883,75	0,68%	-19,48%	23.631,97	0,66%	-5,03%
Subsídio de alimentação	219.652,90	213.152,39	5,81%	-2,96%	220.375,89	6,17%	3,39%
Subsídio de férias e de natal	332.131,74	371.140,54	10,12%	11,74%	367.271,36	10,28%	-1,04%
Rem. por doença maternidade/ paternidade	46.048,69	79.249,72	2,16%	72,10%	64.527,42	1,81%	-18,58%
<b>Sub-total</b>	<b>2.868.512,89</b>	<b>2.819.039,14</b>	<b>76,89%</b>	<b>-1,72%</b>	<b>2.808.524,95</b>	<b>78,64%</b>	<b>-0,37%</b>
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>							
Gratificações variáveis ou eventuais	2.407,76	1.409,92	0,04%	-41,44%	0,00	0,00%	-100,00%
Horas extraordinárias	95.653,95	47.132,99	1,29%	-50,73%	78.993,15	2,21%	67,60%
Ajudas de custo	81.134,73	65.305,47	1,78%	-19,51%	64.073,53	1,79%	-1,89%
Abono para falhas	4.434,46	3.493,52	0,10%	-21,22%	3.947,09	0,11%	12,98%
Subsídio trabalho noturno	3.540,60	3.953,60	0,11%	11,66%	4.300,56	0,12%	8,78%
Subsídio de turno	13.268,01	13.490,38	0,37%	1,68%	8.123,81	0,23%	-39,78%
Indemnizações por cessação de funções	0,00	0,00	0,00%		0,00	0,00%	0,00%
Outros suplementos e prémios	14.145,07	23.941,15	0,65%	69,25%	19.043,80	0,53%	-20,46%
<b>Sub-total</b>	<b>214.584,58</b>	<b>158.727,03</b>	<b>4,33%</b>	<b>-26,03%</b>	<b>178.481,94</b>	<b>5,00%</b>	<b>12,45%</b>
<b>Segurança Social</b>							
Outros encargos com a saúde	24.804,29	25.673,76	0,70%	3,51%	27.492,03	0,77%	7,08%
Subsídio familiar a crianças e jovens	45.818,54	41.806,30	1,14%	-8,76%	35.552,13	1,00%	-14,96%
Outras Prestações Familiares	0,00	6.265,62	0,17%	100,00%	5.110,92	0,14%	-18,43%
ADSE	0,00	210.150,23	5,73%	100,00%	76.984,64	2,16%	-63,37%
Segurança social dos funcionários públicos	223.920,03	265.419,35	7,24%	18,53%	290.732,86	8,14%	9,54%
Segurança social regime geral	43.088,26	89.915,37	2,45%	108,68%	105.031,22	2,94%	16,81%
Outras pensões	24.576,52	710,40	0,02%	-97,11%	0,00	0,00%	-100,00%
Seguros	50.190,15	48.586,77	1,33%	-3,19%	43.261,55	1,21%	-10,96%
<b>Sub-total</b>	<b>412.397,79</b>	<b>688.527,80</b>	<b>18,78%</b>	<b>66,96%</b>	<b>584.165,35</b>	<b>16,36%</b>	<b>-15,16%</b>
<b>Total</b>	<b>3.495.495,26</b>	<b>3.666.293,97</b>	<b>100%</b>	<b>4,89%</b>	<b>3.571.172,24</b>	<b>100%</b>	<b>-2,59%</b>

Pela análise do quadro anterior verifica-se que, na maioria das rubricas, as despesas com pessoal sofreram um decréscimo.

Das rubricas que verificaram acréscimo, destaca-se a Segurança Social dos Funcionários Públicos, consequência do aumento da Taxa para a Caixa Geral de Aposentações de 13% para 15%, e a Segurança Social Regime Geral, este consequência dos novos contratos realizados a título de Contrato Individual de Trabalho.

Os montantes respeitantes às despesas com pessoal, como já anteriormente foi referido, foram enviados à Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), de modo a se cumprir o fixado pela Lei das Finanças Locais.

Deste modo foram enviados trimestralmente, para a entidade acima referida mapas comparativos entre 2006 e 2007, com as respectivas excepções e cujo conteúdo se apresenta de seguida:

**Montantes acumulados no final de 2007**

	<b>Final trimestre 2006 (1)</b>	<b>Final trimestre 2007 (2)</b>	<b>Comparação [2007-2006] (3)=(2)-(1)</b>
Despesas com pessoal (total do agrupamento 01)	3.666.294,00	3.571.172,00	-95.122,00
Aquisição de serviços com pessoas singulares (incluídas no agrupamento 02)	28.538,00	30.809,00	2.271,00
<b>TOTAL</b>	3.694.832,00	3.601.981,00	-92.851,00

**(valores acumulados no final de 2007)**

N.º de admissões de pessoal	35
N.º de aposentações, rescisões ou de cessação do vínculo laboral	35

No quadro acima é possível verificar que relativamente houve uma variação negativa das despesas com pessoal e aquisição de serviços relativamente a 2006, no entanto mostramos de seguida o valor das excepções, que aumentariam bastante mais esta variação:

**DESPESAS COM PESSOAL - JUSTIFICAÇÃO DOS AUMENTOS**  
(indicação dos diplomas, protocolos ou sentenças com o respectivo valor)

**Notas:**

**1. Aumento resultante de**

- A - Actualização dos vencimentos dos funcionários públicos**
- B - Delegação de competências da Administração Central**
- C - Disposições legais**
- D - Sentenças judiciais**
- E - Outras situações (al. c) do n.º 5 do art.º 50.º da LFL)**

(€)

<b>Aumento (A/B/C/D/E)</b>	<b>Justificação / Fundamentação legal</b>	<b>Montante</b>
C	Alínea a), do n.º 1 do art.º 19º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro	36.298,00
B	Despacho do gabinete da Ministra da Educação n.º 12591/2006, publica	33.870,00
A	Portaria n.º 88-A/2007, de 18 de Janeiro	36.092,00
C	Contratações efectuadas em 2006, mas que não tiveram a sua contabili	31.947,00
C	Contratações iniciadas em 2006 cuja despesa só começou a ser gerada	27.023,00
C	Valor correspondente ao aumento de subsídio de trabalho nocturno	347,00
C	Valor correspondente ao aumento do subsídio de refeição	7.224,00
		172.801,00

**Limites Legais para as Despesas com Pessoal**
**Cálculo do limite legal das despesas com pessoal**

<p>O artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 06/04, na redacção dada pela Lei n.º 44/85, de 13/09, regulamenta os limites de encargos com o pessoal dos municípios.</p>	<p>"1 – As despesas efectuadas com o pessoal do quadro (...) não poderão exceder 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respectivo exercício."</p> <p>"2 – As despesas com o pessoal pago pela rubrica "Pessoal em qualquer outra situação" não podem ultrapassar 25% do limite dos encargos referidos no número anterior."</p>
<p>A Lei n.º 2/2007, de 15/01 (nova Lei das Finanças Locais), através do artigo 62.º, também veio legislar no sentido de poderem ser estabelecidos, até 2009, nas leis do Orçamento de Estado, limites anuais para as despesas com pessoal das autarquias locais (municípios e freguesias).</p>	<p>"Até 2009, a Lei do Orçamento do Estado pode fixar limites anuais para as despesas com pessoal, incluindo as relativas aos contratos de avença, tarefa e aquisição de serviços a pessoas singulares"</p>

**Limite dos encargos com o pessoal do quadro – Despesas a considerar para efeitos de cumprimento do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 06/04, na redacção dada pela Lei n.º 44/85, de 13/09:**

**01.01** Remunerações certas e permanentes

**01.01.03** Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal dos quadros / Regime de função pública

**01.01.04** Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal dos quadros / Regime de contrato individual de trabalho

**01.01.08** Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal dos quadros / Pessoal aguardando aposentação

**01.01.10.02** Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Gratificações / Pessoal dos quadros

**01.01.13.01** Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Subsídio de refeição / Pessoal dos quadros

**01.01.14.01** Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Subsídio de férias e de Natal / Pessoal dos quadros

**Limite dos encargos com o pessoal fora do quadro – Despesas a considerar para efeitos de cumprimento do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 06/04, na redacção dada pela Lei n.º 44/85, de 13/09:**

**01.01** Remunerações certas e permanentes

**01.01.05** Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal além dos quadros

**01.01.06** Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal contratado a termo

**01.01.07** Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal em regime de tarefa ou avença

**01.01.09** Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal em qualquer outra situação

**01.01.10.03** Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Gratificações/Outros

**01.01.13.02** Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Subsídio de refeição / Pessoal em qualquer outra situação

**01.01.14.02** Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Subsídio de férias e de Natal / Pessoal em qualquer outra situação

De acordo com a indicação destes quadros foram calculados os limites para 2007, que de seguida se mostra:

**Pessoal do Quadro**

Classificações	Valor da dotação inicial	Valor Pago em 31-12-2007
<b>01.01</b> Remunerações certas e permanentes	<b>2.450.000,00</b>	<b>2.130.276,65</b>
<b>01.01.03</b> Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal dos quadros / Regime de função pública	1.820.000,00	1.592.583,52
<b>01.01.04</b> Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal dos quadros / Regime de contrato individual de trabalho	80.000,00	70.982,60
<b>01.01.08</b> Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal dos quadros / Pessoal aguardando aposentação	10.000,00	545,26
<b>01.01.10.02</b> Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Gratificações / Pessoal dos quadros	0,00	0,00
<b>01.01.13.01</b> Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Subsídio de refeição / Pessoal dos quadros	190.000,00	166.094,72
<b>01.01.14.01</b> Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Subsídio de férias e de Natal / Pessoal dos quadros	350.000,00	300.070,55

**Pessoal Fora do Quadro**

Classificações	Valor da dotação inicial	Valor Pago em 31-12-2007
<b>01.01</b> Remunerações certas e permanentes	<b>532.000,00</b>	<b>464.173,72</b>
<b>01.01.05</b> Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal além dos quadros	0,00	0,00
<b>01.01.06</b> Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal contratado a termo	300.000,00	275.408,18
<b>01.01.07</b> Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal em regime de tarefa ou avença	90.000,00	83.757,79
<b>01.01.09</b> Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal em qualquer outra situação	10.000,00	4.836,00
<b>01.01.10.03</b> Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Gratificações/Outros	0,00	0,00
<b>01.01.13.02</b> Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Subsídio de refeição / Pessoal em qualquer outra situação	52.000,00	51.190,16
<b>01.01.14.02</b> Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Subsídio de férias e de Natal / Pessoal em qualquer outra situação	80.000,00	48.981,59

**Cálculo do limite**

<b>Receitas correntes de 2006 (receita cobrada líquida)</b>	<b>6.737.788,80</b>
---	---------------------

<b>Despesas com pessoal do quadro &lt; 60% das receitas correntes (n.º 1 do art. 10º do Decreto Lei n.º 116/84, de 06/04, na redacção dada pela Lei n.º 44/85, de 13/09)</b>	
Despesas com pessoal do quadro em 31-12-07	2.130.276,65
60% das receitas correntes de 2006	4.042.673,28
Diferencial (valor disponível para aumentar o valor das despesas com pessoal do quadro)	<b>1.912.396,63</b>

<b>Despesas com pessoal fora do quadro &lt; 25% do limite anterior (60% Receitas correntes)</b>	
Despesas com pessoal fora do quadro em 31-12-2007	464.173,72
25% (60% das receitas correntes)	1.010.668,32
Diferencial (valor disponível para aumentar o valor das despesas com pessoal fora do quadro)	<b>546.494,60</b>

O quadro seguinte resulta da aplicação de supracitada legislação, e no qual se pode verificar o cumprimento dos limites impostos.

Despesas com pessoal do quadro	Despesas com Pessoal em Qualquer Outra Situação	Limite ao Pessoal do Quadro	Limite ao Pessoal em Qualquer Outra Situação
2.130.276,65	464.173,72	4.042.673,28	1.010.668,32

Analisando agora a evolução das despesas de pessoal em proporção das despesas correntes:

	2003	2004	2005	2006	2007
Despesas com Pessoal	3.293.325,17	3.267.731,87	3.495.495,26	3.666.293,97	3.571.172,24
Despesas Correntes	5.497.841,09	5.980.654,62	6.210.286,89	6.944.822,13	6.877.544,33
Desp. Pessoal/ Correntes	59,90%	54,64%	56,29%	52,79%	51,93%

Da análise do quadro anterior conclui-se que o peso das despesas de pessoal, nas despesas correntes tem vindo a diminuir.

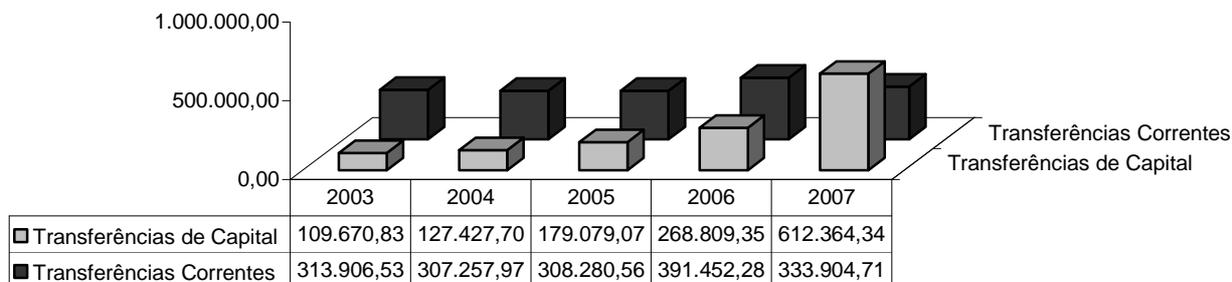
### Transferências Correntes e de Capital

Analisa-se de seguida a evolução das transferências nos últimos quatro anos.

**Evolução das Transferências Correntes e de Capital**

	2003	2004	2005	2006	2007
Transferências Correntes	313.906,53	307.257,97	308.280,56	391.452,28	333.904,71
Transferências de Capital	109.670,83	127.427,70	179.079,07	268.809,35	612.364,34

### Transferências



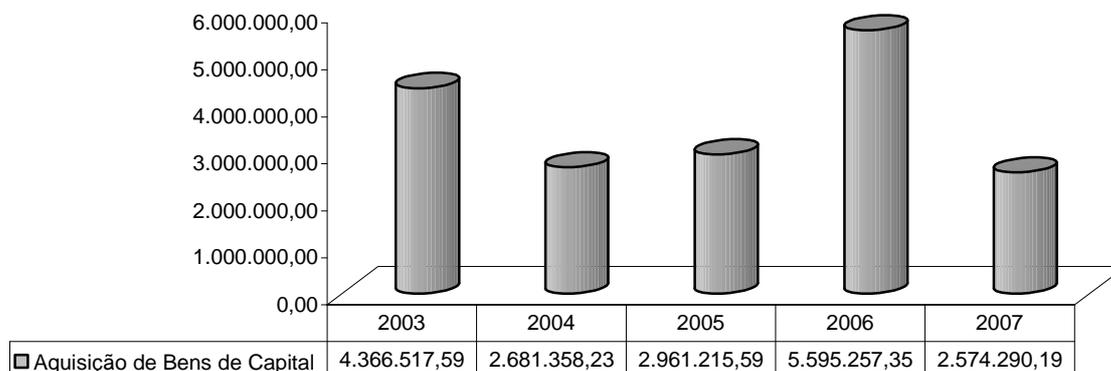
Do gráfico e quadro acima verifica-se que em 2007 o valor das transferências correntes diminuiu ligeiramente. Por seu lado as transferências de capital aumentaram significativamente superando o valor das correntes.

Relativamente às transferências de capital, como já anteriormente foi referido, o seu aumento é justificado pelo valor transferido para as Freguesias, no âmbito da Delegação de Competências e dos Contratos Programa realizados.

### Aquisição de Bens de Capital

	2003	2004	2005	2006	2007
Aquisição de Bens de Capital	4.366.517,59	2.681.358,23	2.961.215,59	5.595.257,35	2.574.290,19

**Evolução da Aquisição de Bens de Capital - Montantes Pagos**



Os montantes pagos em termos de Bens de Capital registaram um pico no ano de 2006, consequência do empréstimo de médio e longo prazo, para saneamento financeiro. Destaca-se que das despesas de capital ficaram apenas por pagar 393.099,19€, consequência da política de pagamentos inferiores a 90 dias.

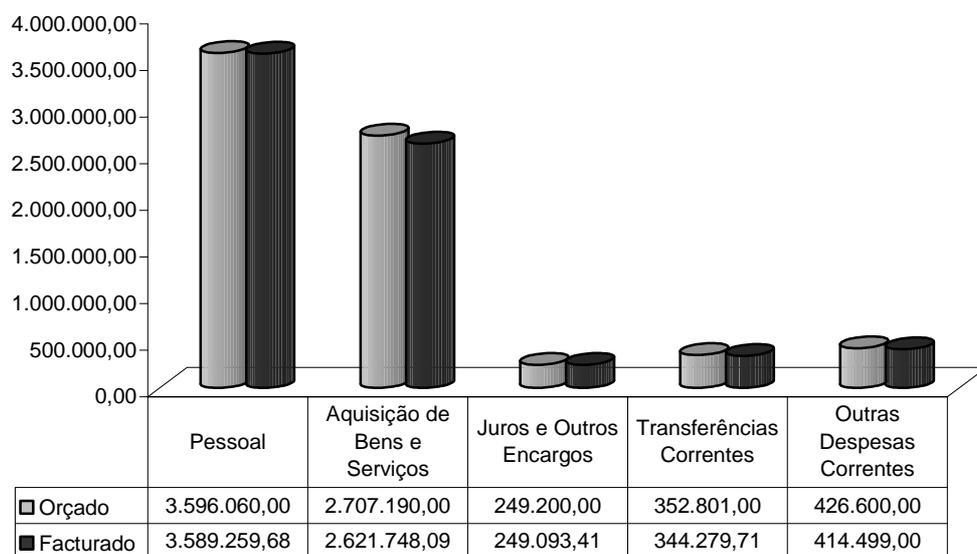
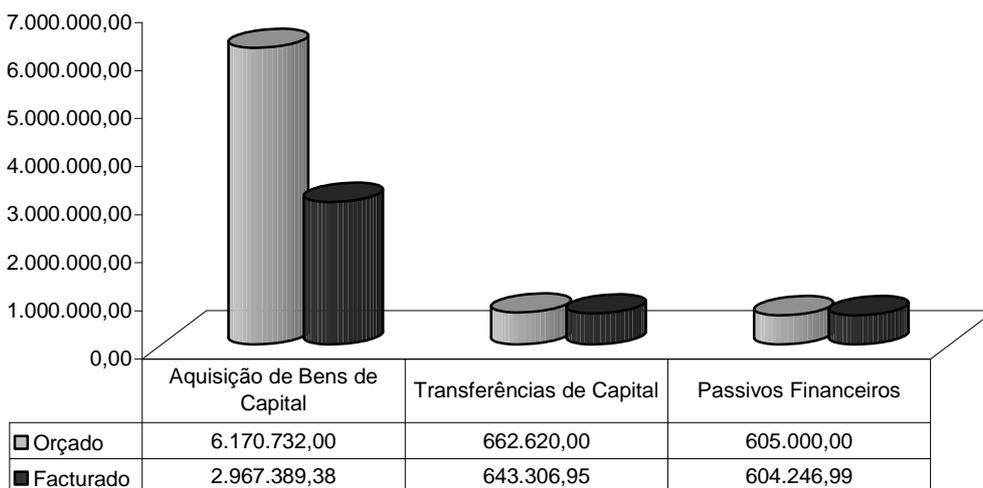
Refira-se ainda que a rubrica “Aquisição de bens de Capital” representa 24,13% das Despesas Totais.

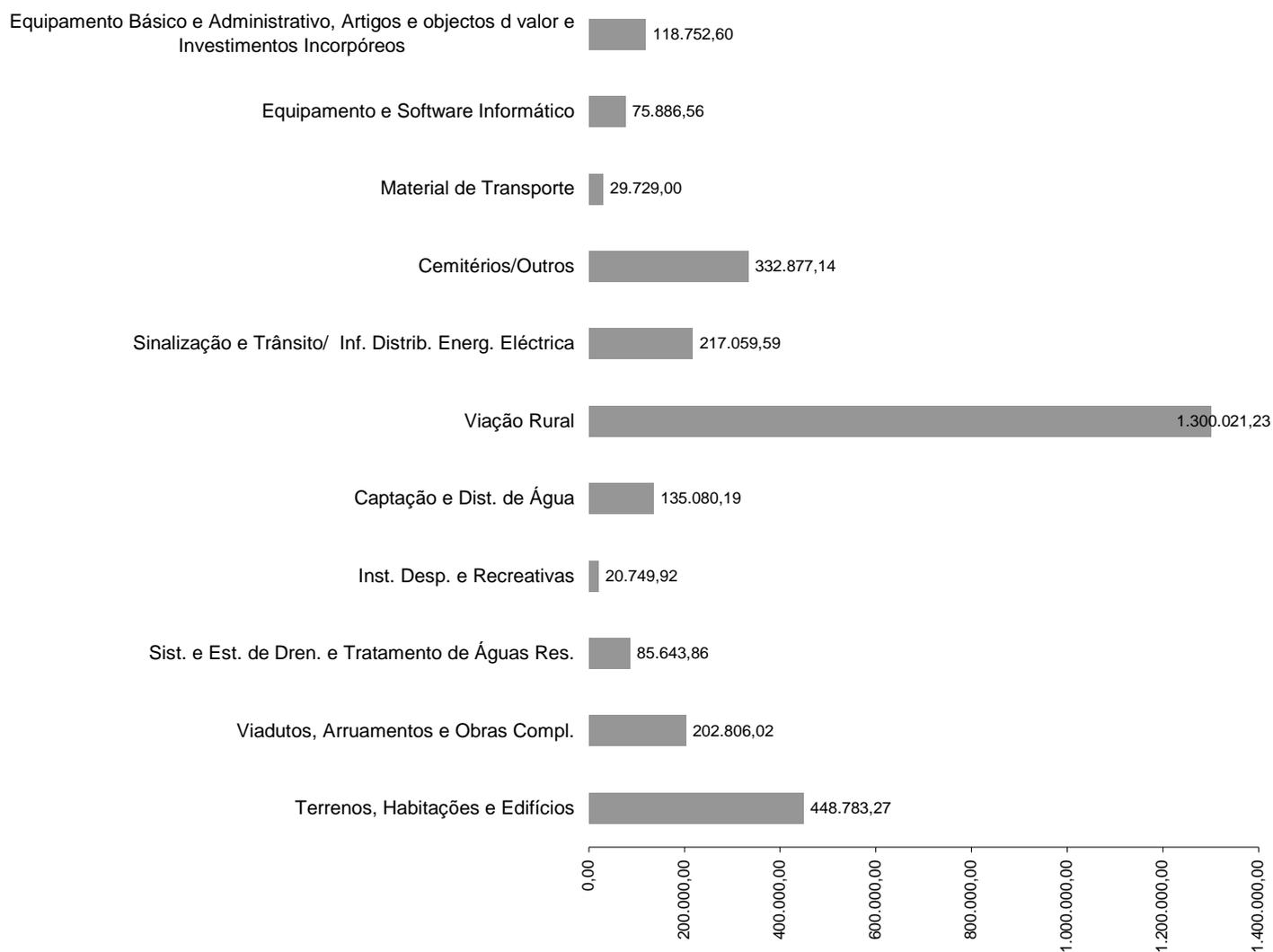
**Análise da Despesa Facturada**

Orçamental	2004			2005			2006			2007		
	Orçado	Fact.	Tx Exec. %	Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %	Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %	Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %
<b>Despesas Correntes</b>												
Pessoal	3.522.054,00	3.349.995,27	95,11%	3.810.440,00	3.622.479,37	95,07%	3.845.850,00	3.704.335,03	96,32%	3.596.060,00	3.589.259,68	99,81%
Aquisição de Bens e Serviços	3.122.580,00	2.369.068,80	75,87%	2.963.300,00	2.674.174,59	90,24%	2.995.619,00	2.686.531,95	89,68%	2.707.190,00	2.621.748,09	96,84%
Juros e Outros Encargos	450.125,00	307.151,57	68,24%	399.861,00	385.105,87	96,31%	308.400,00	288.215,47	93,46%	249.200,00	249.093,41	99,96%
Transferências Correntes	425.300,00	350.323,94	82,37%	516.450,00	396.422,28	76,76%	495.600,00	427.403,74	86,24%	352.801,00	344.279,71	97,58%
Subsídios	7.750,00	0,00	0,00%	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	524.500,00	414.225,16	78,98%	449.500,00	382.499,27	85,09%	538.900,00	476.870,15	88,49%	426.600,00	414.499,00	97,16%
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>8.052.309,00</b>	<b>6.790.764,74</b>	<b>84,33%</b>	<b>8.139.551,00</b>	<b>7.460.681,38</b>	<b>91,66%</b>	<b>8.184.369,00</b>	<b>7.583.356,34</b>	<b>92,66%</b>	<b>7.331.851,00</b>	<b>7.218.879,89</b>	<b>98,46%</b>
<b>Despesas de Capital</b>												
Aquisição de Bens de Capital	8.673.922,00	4.882.846,06	56,29%	8.445.717,18	6.132.213,36	72,61%	8.647.240,00	5.821.464,74	67,32%	6.170.732,00	2.967.389,38	48,09%
Transferências de Capital	211.277,00	144.128,70	68,22%	206.000,00	189.144,59	91,82%	305.600,00	276.962,17	90,63%	662.620,00	643.306,95	97,09%
Activos Financeiros	126.745,00	0,00	0,00%	126.745,00	187.300,00	147,78%	67.000,00	65.555,00	97,84%	0,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	722.000,00	703.279,45	97,41%	905.338,85	917.966,38	101,39%	2.414.000,00	2.386.797,07	98,87%	605.000,00	604.246,99	99,88%
Outras Despesas de Capital				30.000,00	25.250,37	84,17%	30.000,00	24.939,90	83,13%	0,00	0,00	0,00%
<b>Total Despesas de Capital</b>	<b>9.733.944,00</b>	<b>5.730.254,21</b>	<b>58,87%</b>	<b>9.713.801,03</b>	<b>7.451.874,70</b>	<b>76,71%</b>	<b>11.463.840,00</b>	<b>8.575.718,88</b>	<b>74,81%</b>	<b>7.438.352,00</b>	<b>4.214.943,32</b>	<b>56,67%</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>17.786.253,00</b>	<b>12.521.018,95</b>	<b>70,40%</b>	<b>17.853.352,03</b>	<b>14.912.556,08</b>	<b>83,53%</b>	<b>19.648.209,00</b>	<b>16.159.075,22</b>	<b>82,24%</b>	<b>14.770.203,00</b>	<b>11.433.823,21</b>	<b>77,41%</b>

**Quadro Evolutivo da Despesa**

	2003	2004	Var%	2005	Var%	2006	Var%	2007	Var%
Orçamentado	19.781.682,00	17.786.253,00	-10,09%	17.853.352,03	0,38%	19.648.209,00	10,05%	14.770.203,00	-24,83%
Cabimentado	15.466.208,60	14.503.483,63	-6,22%	16.177.593,24	11,54%	17.108.758,22	5,76%	12.846.155,39	-24,91%
Facturado	13.218.712,41	12.521.018,95	-5,28%	14.912.556,08	19,10%	16.159.075,22	8,36%	11.412.165,23	-29,38%
Executado	10.645.912,97	9.492.720,00	-10,83%	10.415.543,30	9,72%	15.270.439,03	46,61%	10.659.335,76	-30,20%

**Despesas Correntes - 2007**

**Despesas de Capital - 2007**


**Aquisição de Bens de Capital - 2007**


Dos quadros e gráficos acima podemos tirar as seguintes conclusões:

- O valor das despesas correntes facturadas ficou muito próximo do valor das orçamentadas, traduzindo o realismo do orçamento. Por outro lado a proximidade destes valores obriga a uma maior contenção, uma vez que não se pode gastar mais do que orçamentado;
- As despesas de capital facturadas e destas a aquisição de bens de capital ficaram longe do montante orçamentado, para isso contribuiu o facto algumas obras previstas terem sido iniciadas só no fim do ano de 2007, existindo realmente uma realização física, mas não financeira;
- A taxa de execução das despesas realizadas foi:
  - Despesas correntes – 98,46%
  - Despesas de capital - 56,67%

Valores estes superiores à execução medida com base nas despesas, efectivamente pagas.

#### 4.4 Poupança

**Matriz da Poupança - 2007**

Descrição	Receitas (1)	Despesas (2)	Poupança (3)=(1)-(2)	% (3)/(1)
Correntes	7.547.444,49	6.877.544,33	669.900,16	8,88%
Capital	2.735.893,50	3.790.901,52	-1.055.008,02	-38,56%
Total	10.283.337,99	10.668.445,85	-385.107,86	-3,74%

#### Saldo da Gerência

No que respeita a esta matéria, o POCAL refere que a Autarquia, aquando da elaboração e execução do seu orçamento, deve ter em atenção os princípios orçamentais, de acordo com o preceituado no ponto 3.1., das especificações técnicas.

Relativamente à Poupança, o equilíbrio orçamental a ter em consideração é o definido pelo Princípio do Equilíbrio – “O orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes” que, aliás se tem mantido inalterado.

O principal objectivo deste princípio é o de que a globalidade da Receita de Capital seja afectada ao investimento.

		em euros
	<b>Saldo da gerência anterior (2006)</b>	794.045,68
	Receitas	10.283.337,99
<b>2007</b>	Despesas	10.668.445,85
	<b>Saldo para gerência seguinte</b>	408.937,82

Do exposto conclui-se que o valor a transitar, em termos de saldo de gerência, é no montante de 408.937,82€.

#### 4.5 Indicadores Estatísticos

O quadro seguinte refere os indicadores de maior significado, no sentido de se proceder a uma avaliação da gestão das actividades levadas a efeito pela Autarquia.

<b>Designação</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Impostos Directos/ Receitas Correntes	12,95%	14,37%	16,42%	13,90%	15,99%	16,45%
Venda de Bens e Serviços/ Receitas Correntes	7,66%	10,90%	11,90%	10,56%	11,63%	10,64%
Transferências Correntes/ Receitas Correntes	67,38%	64,38%	59,99%	61,79%	57,70%	56,38%
Receitas Correntes/ Receitas Totais	55,00%	57,00%	68,00%	61,95%	42,94%	73,39%
Receitas Capital/ Receitas Totais	45,00%	43,00%	32,00%	38,05%	57,06%	26,61%
Pessoal/ Despesas Correntes	55,74%	52,11%	49,33%	48,55%	48,85%	49,72%
Aqui. Bens e Serviços/ Despesas Correntes	28,88%	32,35%	34,89%	35,84%	35,43%	36,32%
Investimentos/ Despesas de Capital	90,00%	87,49%	85,36%	82,29%	67,88%	70,40%
Passivos Financeiros/ Despesas de Capital	8,80%	9,75%	12,15%	12,32%	27,83%	14,34%
Despesas Correntes/ Despesas Totais	46,00%	48,00%	54,00%	50,03%	46,93%	63,14%
Despesas Capital/ Despesas Totais	54,00%	52,00%	46,00%	49,97%	53,07%	36,86%
Pessoa/Receitas Correntes	59,98%	56,29%	52,39%	54,97%	54,90%	47,56%
Fundos/ Despesas Totais	42,04%	42,32%	46,60%	41,83%	37,01%	52,30%
Amortizações+Juros/Receitas Totais	7,84%	7,74%	7,51%	12,30%	17,02%	8,30%
Receitas Correntes/ Despesas Correntes	92,94%	92,56%	94,16%	87,98%	88,98%	104,55%
Receitas Capital/ Despesas Capital	93,62%	64,32%	51,36%	54,11%	104,55%	64,91%

Nota: os valores destes indicadores foram calculados com base nas despesas facturadas.

#### 4.6 Endividamento

De acordo com a nova Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro) e em conformidade com a Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2007), “O montante do endividamento líquido total de cada Município não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior”. A Lei do Orçamento do Estado para 2007 (LOE/2007) viria a considerar, ainda, a inclusão da subvenção relativa ao Fundo Social Municipal para efeitos do cálculo do endividamento líquido.

Acresce que, nos termos do nº 8 do artigo 33º da LOE/2007, «A violação dos limites de endividamento líquido fixados no artigo 33.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, implica redução da transferência de FEF no montante correspondente ao excesso de endividamento verificado».

Ora, nos termos do artigo 53º do Decreto de Lei n.º 50-A/2007, de 6 de Março – lei de Execução do Orçamento do Estado para 2007, a Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) deve comunicar aos Municípios, até 15 de Abril, os montantes máximos de endividamento.

Os valores de referência indicados pela DGAL para 2007 foram os seguintes:

	<b>Designação</b>	<b>Montante (euros)</b>
(1)	Capital em dívida de médio e longo prazo (final de 2006)	5.479.540,72
(2)	Total de endividamento líquido (final de 2006)	6.135.957,04
(3)	Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento (final de 2006)	368.153,50
(4)	Dívidas à EDP 1988	0,00
<b>(5)= (1)-(3)</b>	<b>Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar (final de 2006)</b>	<b>5.111.387,22</b>
<b>(6)= (2)-(3)-(4)</b>	<b>Endividamento líquido a considerar (final de 2006)</b>	<b>5.767.803,54</b>
(7)	<b>Limite ao endividamento de médio e longo prazos - 2007</b>	<b>7.048.976,04</b>
(8)	<b>Limite ao endividamento de curto prazo - 2007</b>	<b>704.897,60</b>
(9)	<b>Limite ao endividamento líquido</b>	<b>8.811.220,05</b>

Refira-se que o cálculo do endividamento acima referido foi efectuado com base no nº 1 do artigo 36º da Lei das Finanças Locais (LFL) e no nº 3 do artigo 33º da Lei do Orçamento do Estado para 2007 (LOE/2007), que estabelecem o seguinte conceito de endividamento líquido municipal:

*O montante de endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente*

---

*os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros (sublinhados nossos).*

Ora, a Lei do Orçamento do Estado para 2006, no nº 5 do artigo 33º estabelecia que:

*O montante de endividamento líquido, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), resulta da diferença entre a soma dos passivos financeiros, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos financeiros, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria.” (sublinhados nossos).*

Sendo as definições muito similares, regista-se, contudo, uma diferença de base significativa. É que, enquanto na definição de 2006 apenas os activos e passivos financeiros eram considerados para efeitos de cálculo do endividamento líquido, com a LFL e com a LOE/2007 o legislador parece pretender que sejam considerados todos os activos e passivos, independentemente de serem financeiros ou não.

Ora, parece-nos que esta redacção estará inquinada. É que, interpretando a lei à letra, teriam de ser consideradas para efeitos de cálculo do endividamento líquido as contas de imobilizado e de acréscimos e deferimentos.

Nestes termos, o endividamento líquido será apresentado com base na diferença entre os passivos e os activos financeiros, *nomeadamente empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores* (passivos financeiros), e o *saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria* (activos financeiros).

No quadro pode-se observar o montante do endividamento bruto, nos últimos cinco anos.

**Evolução da Dívida Bruta de Curto, Médio e Longo Prazo**

Caracterização da Dívida	2003		2004		2005		2006		2007	
	Dívida em		Dívida em		Dívida em		Dívida em		Dívida em	
	1 de Janeiro	31 de Dezembro								
<b>Curto Prazo</b>	2.573.106,02	2.990.380,95	2.990.380,95	3.457.729,02	3.457.729,02	4.890.353,84	4.890.353,84	1.907.101,02	1.907.101,02	1.728.909,72
<b>Médio Longo Prazo</b>	4.893.761,14	4.462.563,61	4.462.563,61	3.702.688,81	3.702.688,81	3.296.359,81	3.296.359,81	5.479.540,72	5.479.540,72	4.902.342,21
<b>Total</b>	<b>7.466.867,16</b>	<b>7.452.944,56</b>	<b>7.452.944,56</b>	<b>7.160.417,83</b>	<b>7.160.417,83</b>	<b>8.186.713,65</b>	<b>8.186.713,65</b>	<b>7.386.641,74</b>	<b>7.386.641,74</b>	<b>6.631.251,93</b>

Descrição	2003	2004	Var. Valor	2005	Var. Valor	2006	Var. Valor	2007	Var. Valor
Empréstimos	3.473.121,75	2.798.995,77	-674.125,98	2.431.029,38	-367.966,39	6.068.038,63	3.637.009,25	5.479.648,28	-588.390,35
Fornecedores C/c	721.126,42	684.024,43	-37.101,99	1.048.584,87	364.560,44	530.955,06	-517.629,81	333.987,84	-196.967,22
Fornecedores de Imobilizado	1.740.354,89	2.167.718,49	427.363,60	3.128.612,84	960.894,35	216.566,22	-2.912.046,62	313.690,18	97.123,96
Fornecedores em Sistema de Locação Financeira	989.441,86	903.693,04	-85.748,82	865.330,43	-38.362,61	0,00	-865.330,43	0,00	0,00
Estado e Outros Entes Público	40.170,08	38.901,48	-1.268,60	37.656,15	-1.245,33	36.575,76	-1.080,39	41.327,38	4.751,62
Administração Autárquica	20.946,96	46.074,08	25.127,12	46.571,47	497,39	15.651,48	-30.919,99	97.236,70	81.585,22
Outros Credores	467.782,60	521.010,54	53.227,94	628.928,51	107.917,97	518.854,59	-110.073,92	365.361,55	-153.493,04
<b>Total</b>	<b>7.452.944,56</b>	<b>7.160.417,83</b>	<b>-292.526,73</b>	<b>8.186.713,65</b>	<b>1.026.295,82</b>	<b>7.386.641,74</b>	<b>-800.071,91</b>	<b>6.631.251,93</b>	<b>-755.389,81</b>

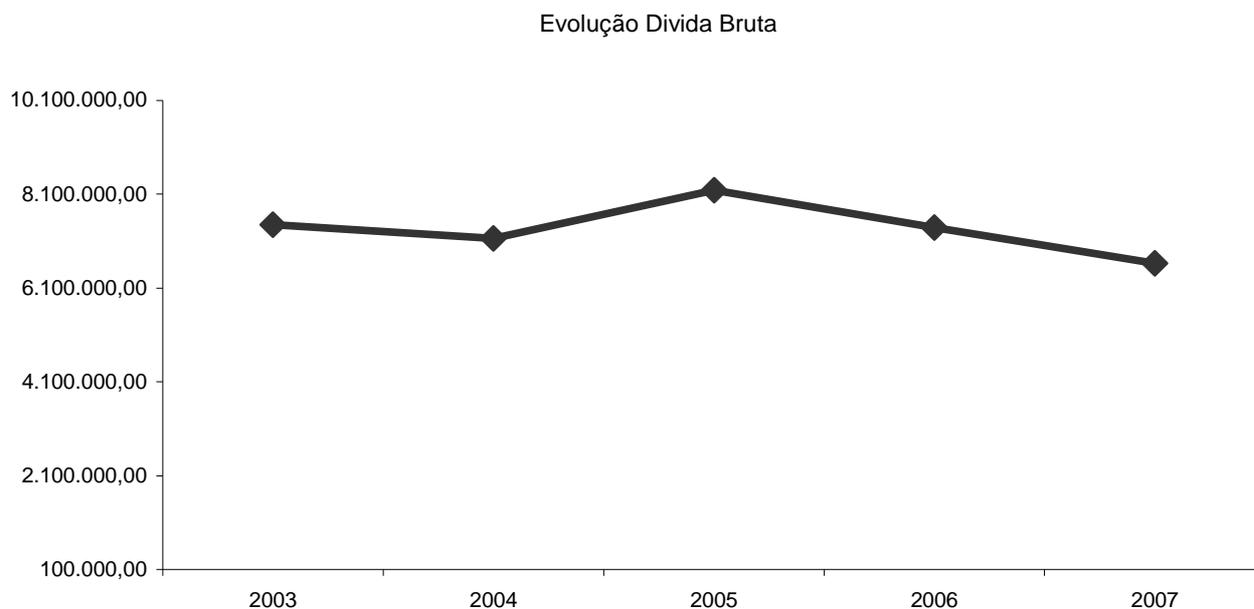
Dos quadros anteriores podemos verificar que o ano de 2007, em seguimento ao já ocorrido em 2006, registou uma diminuição, no global da dívida bruta.

Verifica-se também que o grosso da dívida é de médio e longo prazo, conseguindo-se uma situação financeira mais equilibrada. Princípio este consagrado na nova Lei das Finanças Locais (art. 35º).

As rubricas que verificaram um aumento mais significativo foram fornecedores de imobilizado consequência de facturas emitidas no final do ano e não pagas, e a Administração Autárquica. Nesta última encontra-se registado a compra do terreno na Zona Industrial da Relvinha, bem como o valor de alguns contratos programa ainda não totalmente pagos.

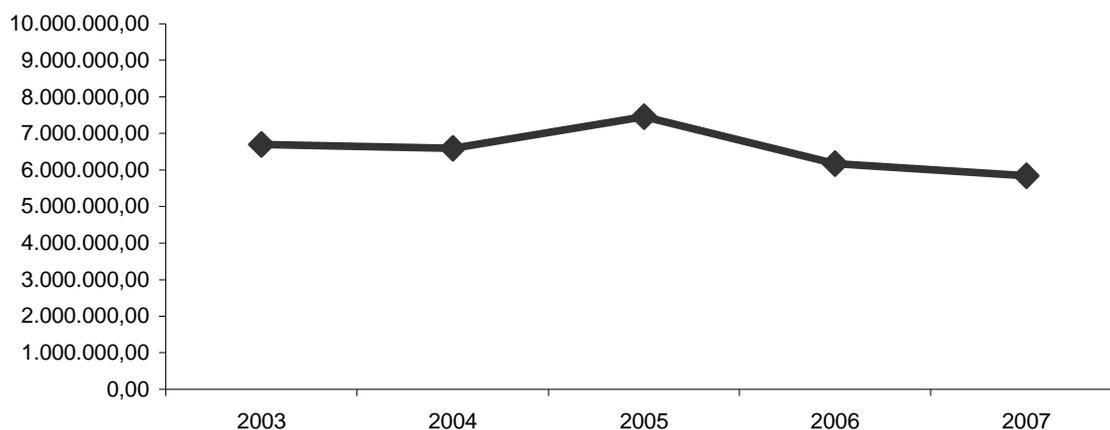
O processo de saneamento financeiro, realizado com o empréstimo contratado em 2006 permitiu por um lado recuperar a solvência do Município, honrar os compromissos assumidos, uma gestão de tesouraria mais equilibrada, uma redução muito significativa ao nível dos custos financeiros com juros de mora e uma capacidade negocial mais forte, junto dos fornecedores, no sentido da obtenção de propostas mais competitivas.

No quadro seguinte poderá observar-se a evolução da dívida bruta de 2003 a 2007:



Relativamente à evolução da Dívida Líquida, esta apresenta a seguinte evolução:

	2003	2004	Var. valor	2005	Var. valor	2006	Var. valor	2007	Var. valor
<b>Divida Líquida</b>	6.694.621,17	6.597.133,68	-97.487,49	7.453.780,73	856.647,05	6.174.009,72	-1.279.771,01	5.847.023,58	-326.986,14

**Evolução Divida Líquida**


Da mesma forma que a dívida bruta diminuiu, também a dívida líquida registou essa alteração.

No quadro seguinte apresentamos a síntese da informação atrás referida, do qual se destacam, ainda, as seguintes conclusões:

- Regista-se uma diminuição de 5,3% do endividamento líquido, por comparação do período homólogo de 2006;
- O valor de empréstimos de curto prazo em 2007 respeita ao montante de amortizações previstas para este ano;
- Verifica-se a concentração do endividamento do município no médio e longo prazos; em linha com o estabelecido no artigo 35º da LFL.

## Evolução das principais componentes do endividamento líquido

	2003	2004	Var. %	2005	Var. %	2006	Var. %	31-12-2007	Var. %
<b>Passivos Financeiros (1)</b>									
<b>Médio e Longo Prazos</b>									
Empréstimos	3.473.121,75	2.798.995,77	-19,4%	2.431.029,38	-13,1%	5.479.540,72	125,4%	4.902.342,21	-10,5%
Fornecedores em Sistema de Locação Financeira	989.441,86	903.693,04	-8,7%	865.330,43	-4,4%	0,00	-100,0%	0,00	
<b>Curto Prazo</b>									
Empréstimos	0,00	0,00		0,00		588.497,91	0,0%	577.306,07	-1,9%
Fornecedores (c/c e imobilizado)	2.461.481,31	2.851.742,92	15,9%	4.177.197,71	31,7%	747.521,28	-82,1%	647.678,02	-13,4%
Estado e Outros Entes Públicos	40.170,08	38.901,48	-3,2%	37.656,15	-3,3%	36.575,76	-2,9%	41.327,38	13,0%
Administração Autárquica	20.946,96	46.074,08	120,0%	46.571,47	1,1%	15.651,48	-66,4%	97.236,70	521,3%
Outros Credores	467.782,60	521.010,54	11,4%	628.928,51	20,7%	518.818,39	-17,5%	365.361,55	-29,6%
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>7.452.944,56</b>	<b>7.160.417,83</b>	<b>-3,9%</b>	<b>8.186.713,65</b>	<b>12,5%</b>	<b>7.386.605,54</b>	<b>-9,8%</b>	<b>6.631.251,93</b>	<b>-10,2%</b>
<b>Activos Financeiros (2)</b>									
Caixa	22.120,85	1.937,94	-91,2%	2.252,30	14,0%	19.953,72	785,9%	7.402,66	-62,9%
Depósitos Instituições Financeiras	736.202,54	561.333,65	-23,8%	730.680,62	23,2%	1.192.678,30	63,2%	776.825,69	-34,9%
<b>Total dos Activos Financeiros</b>	<b>758.323,39</b>	<b>563.271,59</b>	<b>-25,7%</b>	<b>732.932,92</b>	<b>23,1%</b>	<b>1.212.632,02</b>	<b>65,4%</b>	<b>784.228,35</b>	<b>-35,3%</b>
<b>Endividamento Líquido (1)-(2)</b>	<b>6.694.621,17</b>	<b>6.597.146,24</b>	<b>-1,5%</b>	<b>7.453.780,73</b>	<b>11,5%</b>	<b>6.173.973,52</b>	<b>-17,2%</b>	<b>5.847.023,58</b>	<b>-5,3%</b>

Analisando agora o endividamento líquido de acordo com a informação remetida à DGAL regulado na nova Lei das Finanças Locais:

**ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

CONTAS	Saldo devedor	Saldo credor
<b>1 DISPONIBILIDADES</b>	<b>784.228,35</b>	
11 Caixa	7.402,66	
12 Depósitos em instituições financeiras	776.825,69	
13 e 14 (...)		
15 Títulos negociáveis		
18 Outras aplicações de tesouraria		
<b>2 TERCEIROS</b>	<b>115.220,90</b>	<b>12.174.718,32</b>
<b>21 Clientes, contribuintes e utentes</b>	<b>26.963,97</b>	<b>0,00</b>
211 Clientes, c/c	16.620,88	
212 Contribuintes, c/c	7.399,46	
213 Utentes, c/c	2.943,63	
214 a 216 (...)		
217 Clientes e utentes c/ cauções		
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa		
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
<b>22 Fornecedores</b>	<b>0,00</b>	<b>333.987,84</b>
221 Fornecedores, c/c		333.987,84
222 a 227 (...)		
228 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
229 Adiantamentos a fornecedores		
<b>23 Empréstimos obtidos</b>		<b>5.479.648,28</b>
231 Em moeda nacional		5.479.648,28
2311 De curto prazo		577.306,07
23111 Empréstimos bancários		577.306,07
23112 a 23119 (...)		
2312 De médio e longo prazo		4.902.342,21
23121 Empréstimos bancários		4.902.342,21
23123 Outros empréstimos obtidos		
<b>24 Estado e outros entes públicos</b>	<b>37.153,74</b>	<b>41.327,38</b>
<b>25 Devedores e credores pela execução do orçamento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
251 Devedores pela execução do orçamento		
252 Credores pela execução do orçamento		
<b>26 Outros devedores e credores</b>	<b>0,00</b>	<b>776.288,43</b>
261 Fornecedores de imobilizado	0,00	313.690,18
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		313.690,18
2612 a 2617 (...)		
2618 Facturas em recepção e conferência		
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		
262 Pessoal		1.156,72
263 Sindicatos		1.054,20
264 Administração autárquica	0,00	97.236,70
2641 Associações de municípios		
2642 Municípios		1.010,98
2643 Serviços municipalizados		
2644 Federações de municípios		
2645 Associações de freguesias		
2646 Freguesias		96.225,72
2647 Empresas municipais e intermunicipais		
265 e 266 (...)		
267 Consultores, assessores e intermediários		
268 Devedores e credores diversos		363.150,63
269 Adiantamentos por conta de vendas		
<b>27 Acréscimos e diferimentos</b>	<b>51.103,19</b>	<b>5.543.466,39</b>
271 Acréscimos de proveitos	33.980,15	
272 Custos diferidos	17.123,04	
273 Acréscimos de custos		417.287,79
274 Proveitos diferidos		5.126.178,60
2741 a 2744 (...)		
2745 Subsídios para investimentos		5.125.772,74
2748 Diferenças de câmbio favoráveis		
2749 Outros proveitos diferidos		405,86
<b>28 Empréstimos concedidos</b>		
<b>4 IMOBILIZAÇÕES</b>	<b>238.357,00</b>	
<b>41 Investimentos financeiros</b>	<b>238.357,00</b>	
411 Partes de capital	238.357,00	
412 Obrigações e títulos de participação		
413 (...)		
415 Outras aplicações financeiras		
4151 Depósitos em instituições financeiras*		
<b>TOTAL</b>	<b>1.137.806,25</b>	<b>12.174.718,32</b>

Do quadro acima afere-se a definição de endividamento líquido, inicialmente enunciada neste capítulo de análise.

Realmente se somarmos todas contas com saldo credor no final obtém-se o valor de 12.174.718,32€, que inclui entre outros montantes o valor dos proveitos diferidos, que não constituem qualquer dívida para a Autarquia, mas sim um proveito que pela finalidades deve ser repartido no tempo.

Elaborando um exercício de pura subtracção: ao valor total de saldo credor retirarmos o saldo da conta de proveitos diferidos, ficamos com o valor de 6.631.251,93€, que por si só já é inferior ao valor do limite do endividamento líquido. Se a este valor deduzirmos ainda o total do saldo devedor, chegamos ao valor de 5.493.445,68€ inferior em mais de três milhões e trezentos mil euro, relativamente ao limite estabelecido pela DGAL.

Em 2007 verifica-se pelo segundo ano consecutivo uma diminuição significativa do valor da dívida bruta, em cerca de 750.000 Euro. Já no que concerne ao endividamento líquido, o mesmo registou uma redução de cerca de 320.000 Euro.

**Evolução do Serviço da Dívida - Empréstimos Médio Longo Prazo**

Descrição	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%
Amortização de Capital	671.883,46	84,39%	703.279,45	87,86%	367.966,38	84,83%	2.386.797,07	93,89%	604.246,99	70,86%
Encargos Financeiros	124.235,97	15,61%	97.137,35	12,14%	65.802,67	15,17%	155.239,31	6,11%	248.477,74	29,14%
<b>Serviço da Dívida</b>	<b>796.119,43</b>	<b>100%</b>	<b>800.416,80</b>	<b>100%</b>	<b>433.769,05</b>	<b>100%</b>	<b>2.542.036,38</b>	<b>100%</b>	<b>852.724,73</b>	<b>100%</b>

No quadro anterior está exposto, a situação excepcional, verificada no ano de 2006 da contratação do Empréstimo de Médio e Longo Prazo para Saneamento Financeiro, que permitiu liquidar alguns dos empréstimos existentes.

Em 2007 os valores correspondem:

- Amortização de Capital:
  - Empréstimo Médio Longo Prazo – 500.000,00€
  - Empréstimos contraídos para execução de projectos participados por fundos comunitários – 104.246,99€
- Encargos Financeiros:
  - Juros Empréstimo Médio Longo Prazo - 240.559,97€
  - Juros Empréstimos contraídos para execução de projectos participados por fundos comunitários – 7.917,77€;

Refira-se ainda que no final do ano de 2007 o valor dos Empréstimos contraídos para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários, ascendia a 279.648,28€, montante que não é considerado para efeitos dos limites de endividamento líquido e capacidade de endividamento.

## 5. Balanço e Demonstração de Resultados

O valor das demonstrações financeiras que a seguir se apresentam, estão naturalmente limitados à aplicação dos princípios contabilísticos no POCAL, muito concretamente no que se refere ao princípio do Custo Histórico, que determina que os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou produção.

Refira-se o facto de não se encontrarem totalmente inventariados e valorados os bens do activo immobilizado correspondentes aos bens de domínio público, factor que naturalmente afecta as demonstrações, e que se mantém por dificuldades no processo de inventariação dos bens desta natureza.

O resultado líquido de 2007 é o seguinte:

<b>Resultado Líquido ano de 2007</b>	978.691,56
--------------------------------------	------------

Este valor resulta do montante significativo de proveitos, num total de 10.200.030,95€ contra um total de custos e 9.221.339,39€.

Dos quadros seguintes podemos verificar as situações:

- Quer o Activo, quer os Fundos Próprios aumentaram relativamente a 2006;
- O Passivo sofreu uma diminuição, a qual já tinha sido possível verificar aquando da análise do endividamento;
- O Passivo diminuiu mais de 480.000,00€ relativamente a 2006, que se traduz numa variação percentual de -3,85%;
- O Activo líquido sofreu um acréscimo de mais de 600.000€, aumentando relativamente a 2006, 17,57%;
- Os Fundos Próprios registaram igualmente um aumento;

O total das amortizações de 2007 ascendeu ao montante de 10.801.988,61€.

Das obras em curso em 2007, a maior parte foram concluídas neste mesmo ano, verificando já neste ano as amortizações respectivas.

Designação	2007		2006		Variação 06/07	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Imobilizado</b>			AL			
<b>Bens de domínio público</b>	<b>20.748.829,18</b>	<b>52,00%</b>	<b>19.829.857,16</b>	<b>50,54%</b>	<b>918.972,02</b>	<b>4,63%</b>
451 Terrenos e recursos naturais	583.925,94	1,46%	565.925,94	1,44%	18.000,00	3,18%
452 Edifícios	18.647,71	0,05%	3.723,70	0,01%	14.924,01	400,78%
453 Outras construções e infra-estruturas	3.610.514,46	9,05%	3.358.290,82	8,56%	252.223,64	7,51%
459 Outros bens de domínio público	14.935.444,61	37,43%	13.169.403,04	33,57%	1.766.041,57	13,41%
Imobilizações em curso - bens de Dom. Público	1.600.296,46	4,01%	2.732.513,66	6,96%	-1.132.217,20	-41,44%
<b>Imobilizações incorpóreas</b>	<b>90.204,40</b>	<b>0,23%</b>	<b>65.469,39</b>	<b>0,17%</b>	<b>24.735,01</b>	<b>37,78%</b>
431 Despesas de instalação	58.910,40	0,15%	0,00	0,00%	58.910,40	0,00%
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	31.294,00	0,08%	20.135,85	0,05%	11.158,15	55,41%
433 Propriedade industrial e outros direitos		0,00%	45.333,54	0,12%	-45.333,54	-100,00%
<b>Imobilizações Corpóreas</b>	<b>17.748.730,17</b>	<b>44,48%</b>	<b>17.739.144,95</b>	<b>45,21%</b>	<b>9.585,22</b>	<b>0,05%</b>
421 Terrenos e recursos naturais	2.445.969,10	6,13%	2.444.465,10	6,23%	1.504,00	0,06%
422 Edifícios e outras construções	13.996.062,54	35,08%	13.993.779,48	35,67%	2.283,06	0,02%
423 Equipamento básico	261.380,80	0,66%	361.147,96	0,92%	-99.767,16	-27,63%
424 Equipamento de transporte	614.923,27	1,54%	661.195,69	1,69%	-46.272,42	-7,00%
425 Ferramentas e utensílios	11.141,92	0,03%	6.667,91	0,02%	4.474,01	67,10%
426 Equipamento administrativo	152.927,39	0,38%	197.103,92	0,50%	-44.176,53	-22,41%
429 Outras imobilizações corpóreas	1.089,58	0,00%	1.308,83	0,00%	-219,25	-16,75%
442 Imobilizações em curso - Im. Corpóreas	265.235,57	0,66%	73.476,06	0,19%	191.759,51	260,98%
<b>Investimentos Financeiros</b>	<b>238.356,95</b>	<b>0,60%</b>	<b>238.356,95</b>	<b>0,61%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
411 Partes de capital	238.356,95	0,60%	238.356,95	0,61%	0,00	0,00%
<b>Circulante</b>						
<b>Existências</b>	<b>174.737,93</b>	<b>0,44%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>174.737,93</b>	
Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	174.737,93	0,44%	0,00	0,00%	174.737,93	
<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)</b>		<b>0,00%</b>	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo</b>	<b>64.117,71</b>	<b>0,16%</b>	<b>114.809,62</b>	<b>0,29%</b>	<b>-50.691,91</b>	<b>-44,15%</b>
211 Clientes, c/c	16.620,88	0,04%	46.524,35	0,12%	-29.903,47	-64,27%
212 Contribuintes, c/c	7.399,46	0,02%	8.465,92	0,02%	-1.066,46	-12,60%
213 Utentes, c/c	2.943,63	0,01%	7.210,05	0,02%	-4.266,42	-59,17%
24 Estado e outros entes públicos	37.153,74	0,09%	52.609,30	0,13%	-15.455,56	-29,38%
<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa</b>	<b>784.228,35</b>	<b>1,97%</b>	<b>1.212.632,02</b>	<b>3,09%</b>	<b>-428.403,67</b>	<b>-35,33%</b>
12 Depósitos em instituições financeiras	776.825,69	1,95%	1.192.678,30	3,04%	-415.852,61	-34,87%
11 Caixa	7.402,66	0,02%	19.953,72	0,05%	-12.551,06	-62,90%
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>51.103,19</b>	<b>0,13%</b>	<b>33.058,80</b>	<b>0,08%</b>	<b>18.044,39</b>	<b>54,58%</b>
271 Acréscimos de proveitos	33.980,15	0,09%	0,00	0,00%	33.980,15	0,00%
272 Custos diferidos	17.123,04	0,04%	33.058,80	0,08%	-15.935,76	-48,20%
<b>Total do Activo</b>	<b>39.900.307,88</b>		<b>39.233.328,89</b>	<b>100,00%</b>	<b>666.978,99</b>	<b>1,70%</b>

Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia						
Designação	2007		2006		Variação 06/07	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Fundos Próprio e Passivo</b>						
<b>Fundos próprios</b>						
51 Património	<b>26.470.425,88</b>	<b>95,47%</b>	<b>26.348.063,48</b>	<b>99,16%</b>	<b>122.362,40</b>	<b>0,46%</b>
Reservas	265.917,39	0,96%	265.917,39	1,00%	0,00	0,00%
571 Reservas legais	263.838,68	0,95%	265.917,39	1,00%	-2.078,71	-0,78%
576 Doações	2.078,71	0,01%		0,00%	2.078,71	0,00%
59 Resultado transitados	10.554,73	0,04%	-1.157.508,59	-4,36%	1.168.063,32	-100,91%
88 Resultado líquido do exercício	978.691,56	3,53%	1.115.215,33	4,20%	-136.523,77	-12,24%
<b>Total Fundos Próprios</b>	<b>27.725.589,56</b>	<b>100,00%</b>	<b>26.571.687,61</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.153.901,95</b>	<b>4,34%</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)</b>	<b>4.902.342,21</b>	<b>40,27%</b>	<b>5.479.540,72</b>	<b>43,28%</b>	<b>-577.198,51</b>	<b>-10,53%</b>
2312 Dívidas a instituições de crédito	4.902.342,21	40,27%	5.479.540,72	43,28%	-577.198,51	-10,53%
2612 Fornec. Imob. em Sist. Locação Financeira		0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo</b>	<b>1.728.909,72</b>	<b>14,20%</b>	<b>1.907.101,02</b>	<b>15,06%</b>	<b>-178.191,30</b>	<b>-9,34%</b>
2311 Empréstimos de curto prazo	577.306,07	4,74%	588.497,91	4,65%	-11.191,84	-1,90%
269 Adiantamentos por conta de vendas		0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
221 Fornecedores, c/c	333.987,84	2,74%	530.955,06	4,19%	-196.967,22	-37,10%
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c	313.690,18	2,58%	216.566,22	1,71%	97.123,96	44,85%
24 Estado e outros entes públicos	41.327,38	0,34%	36.575,76	0,29%	4.751,62	12,99%
264 Administração autárquica	97.236,70	0,80%	15.651,48	0,12%	81.585,22	521,26%
262 + 263 + 267 + 268 Outros credores	365.361,55	3,00%	518.818,39	4,10%	-153.456,84	-29,58%
216 Consumidores de Água	0,00	0,00%	36,20	0,00%	-36,20	-100,00%
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>5.543.466,39</b>	<b>45,53%</b>	<b>5.274.999,54</b>	<b>41,66%</b>	<b>268.466,85</b>	<b>5,09%</b>
273 Acréscimos de custos	417.287,79	3,43%	348.208,89	2,75%	69.078,90	19,84%
274 Proveitos diferidos	5.126.178,60	42,11%	4.926.790,65	38,91%	199.387,95	4,05%
<b>Total do Passivo</b>	<b>12.174.718,32</b>	<b>100,00%</b>	<b>12.661.641,28</b>	<b>100,00%</b>	<b>-486.922,96</b>	<b>-3,85%</b>
<b>Total Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>39.900.307,88</b>		<b>39.233.328,89</b>		<b>666.978,99</b>	<b>1,70%</b>

## Estrutura do Balanço

Designação	2005	%	2006	%	Var. %	2007	%	Var. %
<b>Activo</b>								
Activo Fixo	37.889.725,65	97,83%	37.872.828,45	96,53%	-0,04%	38.826.120,70	97,31%	2,52%
Activo Circulante	839.516,61	2,17%	1.360.500,44	3,47%	62,06%	1.074.187,18	2,69%	-21,04%
<b>Activo Total</b>	<b>38.729.242,26</b>	<b>100,00%</b>	<b>39.233.328,89</b>	<b>100,00%</b>	<b>1,30%</b>	<b>39.900.307,88</b>	<b>100,00%</b>	<b>1,70%</b>
<b>Fundos Próprios e Passivo</b>								
Fundos Próprios	25.424.465,70	65,65%	26.571.687,61	67,73%	4,51%	27.725.589,56	69,49%	4,34%
Passivo	13.304.776,56	34,35%	12.661.641,28	32,27%	-4,83%	12.174.718,32	30,51%	-3,85%
Médio Longo Prazo	3.296.359,81	8,51%	5.479.540,72	13,97%	66,23%	4.902.342,21	12,29%	-10,53%
Curto Prazo	4.890.353,84	12,63%	1.907.101,02	4,86%	-61,00%	1.728.909,72	4,33%	-9,34%
Acréscimos e Diferimentos	5.118.062,91	13,21%	5.274.999,54	13,45%	3,07%	5.543.466,39	13,89%	5,09%
<b>Total Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>38.729.242,26</b>	<b>100,00%</b>	<b>39.233.328,89</b>	<b>100,00%</b>	<b>1,30%</b>	<b>39.900.307,88</b>	<b>100,00%</b>	<b>1,70%</b>

A estrutura do Activo Líquido não se alterou de forma significativa, comparativamente com o do exercício de 2006.

A estrutura do Balanço reflecte o elevado peso da política de investimento Municipal, que tem existido ano após ano, e a sua conseqüente materialização em bens duradouros, representando o Activo Fixo 97% da totalidade do Activo.

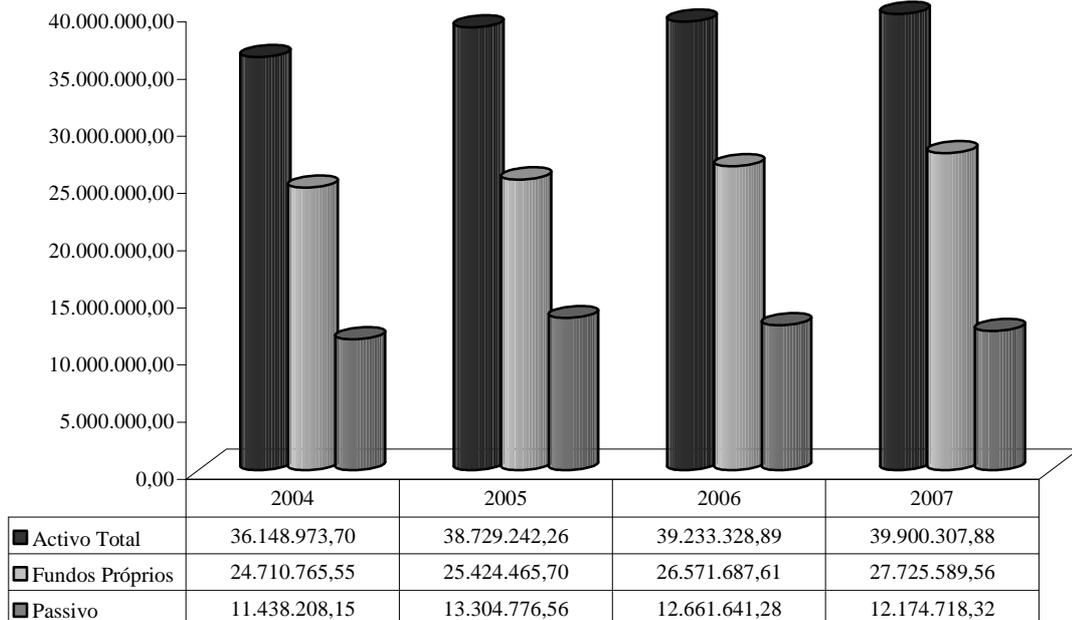
Verifica-se que o Activo Fixo “cobre” as dívidas de longo prazo num valor oito vezes maior, pelo que, podemos constatar que a maioria das Imobilizações Corpóreas e Bens do Domínio Público não foram financiadas por endividamento de longo prazo. Assim, o Município apresenta, perante as entidades financiadoras, garantias reais de maior valor.

Relativamente ao activo circulante, pela primeira vez este contempla o valor das existências, que correspondem ao valor final das existências em armazém.

As dívidas do Município reflectidas no Passivo são essencialmente empréstimos de médio e longo prazo, não fazendo deste modo, pressão imediata sobre a tesouraria.

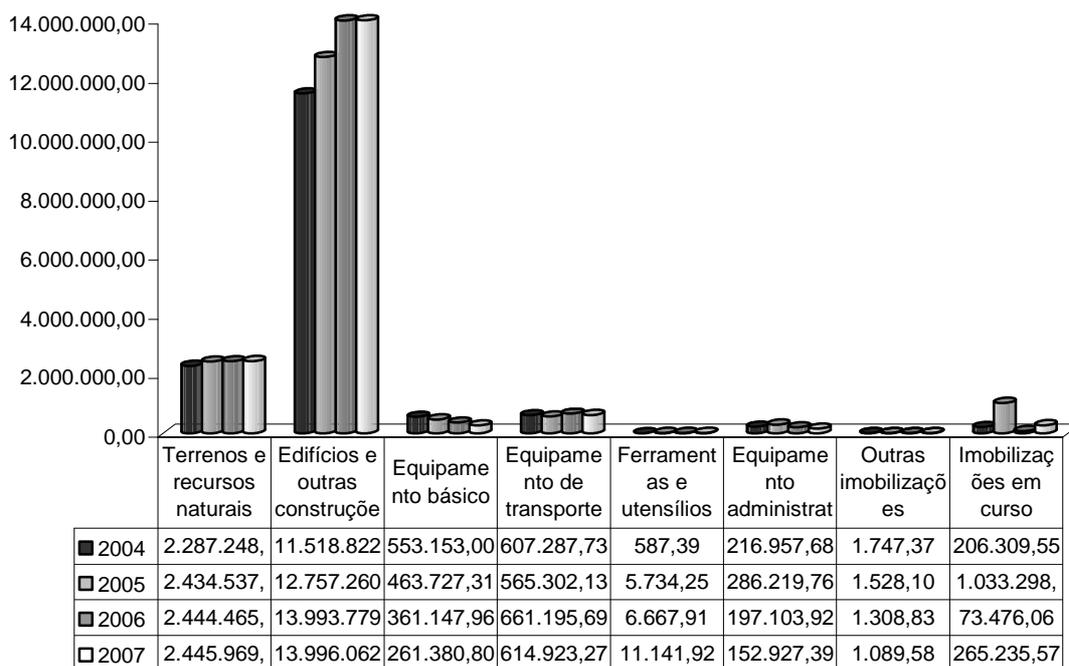
De acordo com o estipulado no POCAL, os subsídios recebidos pelo Município para comparticipação no investimento em bens corpóreos, só deverão ser reconhecidos como proveitos na medida em que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que dizem respeito. Enquanto tal estes valores têm que estar reflectidos na rubrica de Acréscimos e Diferimentos. Em suma os 5.126.178,60€ deste agregado em 2007, não são nenhum tipo de dívida, nem constituem uma limitação à utilização dos financiamentos obtidos, mas traduzem apenas a aplicação do princípio contabilístico da especialização do exercício.

**Estrutura do Balanço**



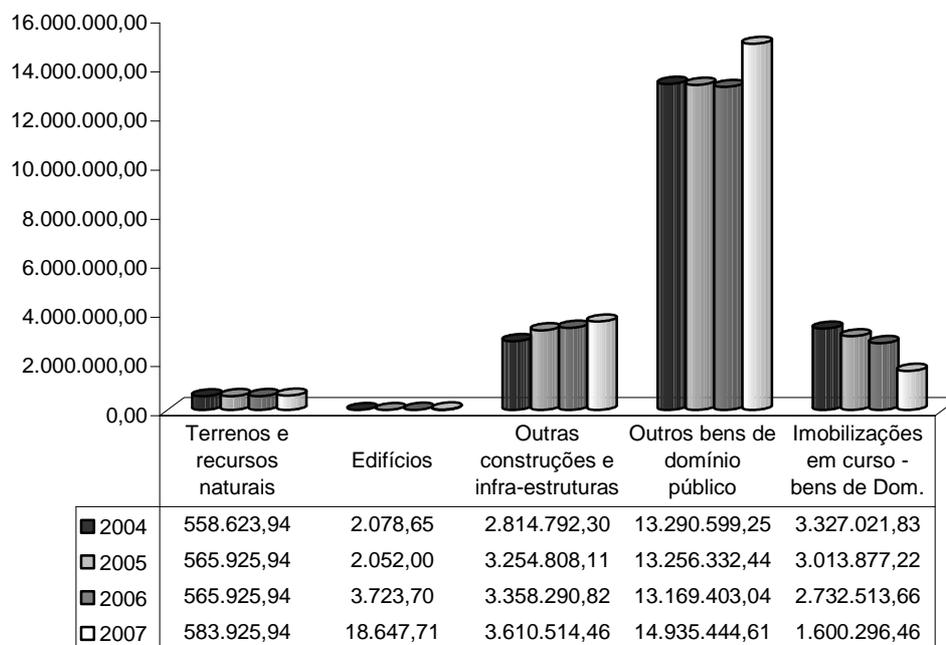
**Evolução do investimento - Imobilizações Corpóreas**

	2004	2005	2006	2007
Terrenos e recursos naturais	2.287.248,03	2.434.537,23	2.444.465,10	2.445.969,10
Edifícios e outras construções	11.518.822,12	12.757.260,15	13.993.779,48	13.996.062,54
Equipamento básico	553.153,00	463.727,31	361.147,96	261.380,80
Equipamento de transporte	607.287,73	565.302,13	661.195,69	614.923,27
Ferramentas e utensílios	587,39	5.734,25	6.667,91	11.141,92
Equipamento administrativo	216.957,68	286.219,76	197.103,92	152.927,39
Outras imobilizações corpóreas	1.747,37	1.528,10	1.308,83	1.089,58
Imobilizações em curso	206.309,55	1.033.298,78	73.476,06	265.235,57
<b>Total</b>	<b>15.392.112,87</b>	<b>17.547.607,71</b>	<b>17.739.144,95</b>	<b>17.748.730,17</b>

**Evolução do Investimento - Imobilizações Corpóreas**


**Evolução do investimento - Bens de Domínio Público**

Bens de domínio público	2004	2005	2006	2007
Terrenos e recursos naturais	558.623,94	565.925,94	565.925,94	583.925,94
Edifícios	2.078,65	2.052,00	3.723,70	18.647,71
Outras construções e infra-estruturas	2.814.792,30	3.254.808,11	3.358.290,82	3.610.514,46
Outros bens de domínio público	13.290.599,25	13.256.332,44	13.169.403,04	14.935.444,61
Imobilizações em curso - Bens de Dom. Público	3.327.021,83	3.013.877,22	2.732.513,66	1.600.296,46
<b>Total</b>	<b>19.993.115,97</b>	<b>20.092.995,71</b>	<b>19.829.857,16</b>	<b>20.748.829,18</b>

**Evolução do Investimento - Bens de Domínio Público**


Município de Arganil  
 Demonstração Resultados

ANO: 2007

Contas POCAL	Exercícios			
	2007		2006	
<b>Custos e Perdas</b>				
61 Custos das mercadorias vendidas e das matérias cor	0,00		0,00	
612 Mercadorias	0,00		0,00	
616 Matérias	138,96	138,96	0,00	
62 Fornecimentos e serviços externos	2.337.202,71		2.097.562,99	
Custos com o pessoal:	0,00		0,00	
641+642 Remunerações	2.978.888,71		2.952.933,13	
643 a 648 Encargos sociais	550.410,90	5.866.502,32	577.459,27	5.627.955,39
63 Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações	438.706,26	438.706,26	410.439,24	410.439,24
66 Amortizações do exercício	1.635.943,93		1.523.200,25	
67 Provisões do exercício	0,00	1.635.943,93	0,00	1.523.200,25
65 Outros custos e perdas operacionais	15.028,36	15.028,36	31.705,30	31.705,30
<b>(A)</b>		7.956.319,83		7.593.300,18
68 Custos e perdas financeiras	268.590,82	268.590,82	186.695,90	186.695,90
<b>(C)</b>		8.224.910,65		7.779.996,08
69 Custos e perdas extraordinárias	996.428,74	996.428,74	679.685,95	679.685,95
<b>(E)</b>		9.221.339,39		8.459.682,03
88 Resultado líquido do exercício	0,00	978.691,56	0,00	1.115.215,33
		10.200.030,95		9.574.897,36
<b>Proveitos e Ganhos</b>				
Vendas e prestações de serviços:				
7111 Vendas de mercadorias	2.352,40		582,93	
112+711 Vendas de produtos	411.469,42		339.193,31	
712 Prestações de serviços	341.624,26		294.218,28	
713 Outros Serviços	120.122,55		136.855,65	
715 Reembolsos e Restituições	-3.114,44		-22.115,17	
716 Anulações	-66,86		-68,32	
714 Outras Receitas Correntes	49.511,84	921.899,17	31.894,18	780.560,86
72 Impostos e taxas	1.559.535,21		1.328.259,51	
Variação da produção	0,00		0,00	
75 Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73 Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74 Transferências e subsídios obtidos	6.677.036,59		6.334.386,67	
76 Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	8.236.571,80	0,00	7.662.646,18
<b>(B)</b>		9.158.470,97		8.443.207,04
78 Proveitos e ganhos financeiros	534.012,55	534.012,55	597.995,68	597.995,68
<b>(D)</b>		9.692.483,52		9.041.202,72
79 Proveitos e ganhos extraordinários	507.547,43	507.547,43	533.694,64	533.694,64
<b>(F)</b>		10.200.030,95		9.574.897,36

## Resumo:

Resultados Operacionais: (B)- (A)	-----	1.202.151,14
Resultados Financeiros: (D)- (C-A)	-----	265.421,73
Resultados Correntes: (D)- (C)	-----	1.467.572,87
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	-----	978.691,56

O resultado líquido do exercício foi de 978.691,56€, o que traduz uma capacidade da Autarquia em gerar proveitos, para fazer face aos seus custos e criar margem para continuar a consolidar o Investimento. O Resultado Líquido, em consequência das opções políticas seguidas pelo executivo, não está na forma de disponibilidades (Depósitos à Ordem ou Caixa), mas encontra-se traduzido em Investimento Autárquico.

## 6. Aplicação de Resultados

Face às imposições do Ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o valor do Resultado Líquido é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. O disposto nos Pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do Activo Líquido, e a que se reforce a conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Deste modo propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2007 seja transferido para a conta 59 e depois aplicado da seguinte forma:

### Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Saldo conta 59	10.554,73
RLE 2007	<u>978.691,56</u>
<b>Total</b>	<b>989.246,29</b>

Reservas Legais 5%	<b>48.934,58</b>
Reforço de Património	<b>940.311,71</b>

## **7. Considerações Finais**

O ano económico de 2007 terminou com um saldo de gerência de 784.228,35€, sendo 408.937,82€ correspondentes ao saldo de operações orçamentais e 375.290,53€ relativos a saldo de operações de tesouraria.